

Acção Socialista



Nº 1277 13 Fevereiro 2007

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.pt ■ accaosocialista@ps.pt

SIM

RESPONSÁVEL

59,2%

Entrevista

9



Nunes Correia:
“Em 2005 fomos o país europeu que mais apostou na energia eólica”

Grupo Parlamentar

20



Deputados em Óbidos debatem Reforma da Administração do Estado

Saúde

19

Mudança global nas urgências em aplicação progressiva



Nesta edição
EDITORIAL DE ANA CATARINA MENDES

EDITORIAL

UMA LEI PENAL MAIS JUSTA



ANA CATARINA MENDES
Deputada do PS

FINALMENTE Portugal virou uma página negra na sua história – a do aborto clandestino, a do medo, a da indignidade, a da humilhação, a de uma lei penal injusta e inadequada à realidade. Acordámos, neste 12 de Fevereiro de 2007, mais tranquilos, mais optimistas e mais responsabilizados para legislar no sentido que os portugueses escolheram – despenalizar a interrupção voluntária da gravidez (IVG) até às dez semanas em estabelecimento de saúde legalmente autorizado.

A vitória do “sim” no referendo é resultado do empenho dos vários movimentos cívicos que se mobilizaram na defesa de uma sociedade mais respeitadora dos Direitos Humanos. Os partidos tiveram um papel determinante na consciencialização de que estávamos perante um problema grave. O Partido Socialista, como partido responsável, assumiu este combate com determinação na defesa da alteração da lei penal aproximando-nos dos nossos congéneres europeus. Ganhámos. Mas, acima de tudo, quem ganhou foram as mulheres e as famílias portuguesas que poderão, agora, recorrer a uma interrupção voluntária da gravidez em condições de saúde dignas. Cumpriu-se mais um pouco o princípio da igualdade de oportunidades – acesso aos cuidados de saúde para todos.

O Partido Socialista honrou o seu compromisso eleitoral – realizar um referendo para mudar a lei penal com o objectivo de acabar com as perseguições e investigações criminais, com os julgamentos, com as condenações

E o futuro mais próximo como será depois deste referendo? O processo legislativo reabrir-se-á na Assembleia da República, em sede de Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias. Serão apresentadas propostas, na especialidade, para melhorar a lei indo ao encontro das melhores práticas europeias nesta área. Assim, o Partido Socialista apresentará a proposta que, ao longo da campanha, tem defendido. A lei deve consagrar a obrigatoriedade de uma consulta médica, onde quem decida interromper a gravidez possa ser aconselhado e informado dos riscos inerentes a

uma interrupção de gravidez a que se seguirá um período de reflexão, não superior a três dias, para que a decisão final seja esclarecida, informada e ponderada. Ao isolamento da decisão (nestes 23 anos de vigência da actual lei) sobrepor-se-á uma decisão partilhada com médico, sem medos ou vergonha. Às condições desumanas do aborto clandestino dar-se-á lugar a IVG com condições de saúde dignas.

O Partido Socialista honrou o seu compromisso eleitoral – realizar um referendo para mudar a lei penal com o objectivo de acabar com as perseguições e investigações criminais, com os julgamentos, com as condenações. Os portugueses responderam que queriam a alteração ao Código Penal, cabe-nos agora cumprir o resto do compromisso assumido – verter na lei a despenalização da interrupção voluntária da gravidez até às dez semanas em estabelecimento de saúde legalmente autorizado. A todos os que duvidavam deste compromisso eleitoral fica aqui demonstrado que as promessas são para cumprir.

Foi uma longa batalha, uma luta dura, mas a força das convicções por uma lei penal socialmente justa vingou. A sociedade portuguesa está de parabéns.

Mantenha-se
informado

www.ps.pt



Regularize as suas quotas

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

1. Depósito bancário em dinheiro ou cheque;
2. Transferência bancária

Conta: Millennium BCP

PS-QUOTIZAÇÕES - N.º 452 341 62873

NIB - 0033 0000 4523 4162873 05

Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.

3. Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:

ENTIDADE 20132

REFERÊNCIA 0000...+ N.º DE MILITANTE
(total de 9 dígitos)

MONTANTE Quota normal: semestral - 12,00 eur; anual - 24,00 eur
Quota reduzida: semestral - 6,00 eur; anual - 12,00 eur

Contamos consigo!



Linha Azul
808 201 695

Vitória do “sim”: o virar de página

A interrupção voluntária da gravidez até às dez semanas vai deixar de ser crime. O “sim” ganhou o referendo sobre a despenalização da IVG, com 59 por cento dos votos, contra 41 por cento do “não”. A lei será alterada no Parlamento por proposta do PS até ao final da presente sessão legislativa.

MARY RODRIGUES

NA CONSULTA popular do passado dia 11 votaram mais 1,1 milhões de eleitores do que em 1998. Apesar deste substancial aumento de votantes, o referendo voltou a não ser juridicamente vinculativo por registar uma taxa de participação inferior a 50 por cento, mas imperativo do ponto de vista político. Face aos resultados, o secretário-geral do PS e primeiro-ministro, José Sócrates, comprometeu-se a alterar a lei para não penalizar as mulheres que praticarem uma IVG até às dez semanas, cumprindo assim uma das principais promessas eleitorais e a garantia deixada no último congresso nacional do partido, em Novembro de 2006.

“Estaremos à altura do nosso compromisso pelo ‘sim’ responsável”, assegurou o líder socialista na declaração que fez ao país a partir da sede nacional do Largo do Rato, reafirmando de seguida que a lei que temos agora de aprovar “deve respeitar a decisão do referendo” e “prever um período de reflexão que assegure que a decisão da mulher – que sempre deve prevalecer – seja ponderada, reflectida e não fruto de qualquer desespero do momento”.

Para Sócrates, o resultado desta consulta popular “evidencia que os portugueses desejam um virar de página na questão do aborto”.

“Querem que este tema deixe de ser um foco de conflito e de disputa política e que haja também uma mudança na realidade que permita combater o aborto clandestino na linha das soluções adoptadas pela larga maioria dos países da Europa”, defendeu.

E rematou: “A tarefa que temos pela frente é, portanto, respeitar a vontade expressa pelo povo, consolidando um novo consenso social capaz de combater eficazmente o flagelo do aborto clandestino”.

Saudando o facto de, nesta consulta popular ter havido uma participação “francamente superior” à do referendo de 1998, o secretário-geral sublinhou que “os portugueses deram, com o seu voto, um bom contributo para a dignificação da nossa democracia”.



“O resultado deste referendo vem reforçar a legitimidade da opção política e legislativa que estava em causa nesta consulta popular”, venceu, recordando que esta nova consulta não tinha como objectivo derrotar ninguém, destinando-se somente a apurar a vontade dos portugueses sobre a despenalização da IVG até às 10 semanas.

Congratulando-se pessoalmente pela vitória do “sim”, afirmou: “Batem-nos pela mudança da lei, mas sempre com o firme compromisso de o fazer através de uma consulta popular e eis que o resultado é inequívoco”.

A finalizar, disse ser sua “convicção sincera” que, com o resultado alcançado neste referendo, “Portugal deu mais um passo firme na reconstrução de uma sociedade mais aberta, mais tolerante e mais justa”.

Na sede nacional do PS também estiveram os ministros da Saúde, Correia de Campos, e da Justiça, Alberto Costa, bem como o secretário de Estado da Presidência, Jorge Lacão.

Questionado sobre a capacidade de resposta do Sistema Nacional de Saúde neste campo, Correia de Campos considerou ser “muito cedo para preparar cenários e calendários”.

“É evidente que estamos empenhados em consagrar rapidamente o poder que o sufrágio popular conferiu às mulheres, mas o nosso

objectivo não é fazer abortos e sim baixar o número de abortos clandestinos”, clarificou.

Socialistas europeus saúdam resultado do referendo

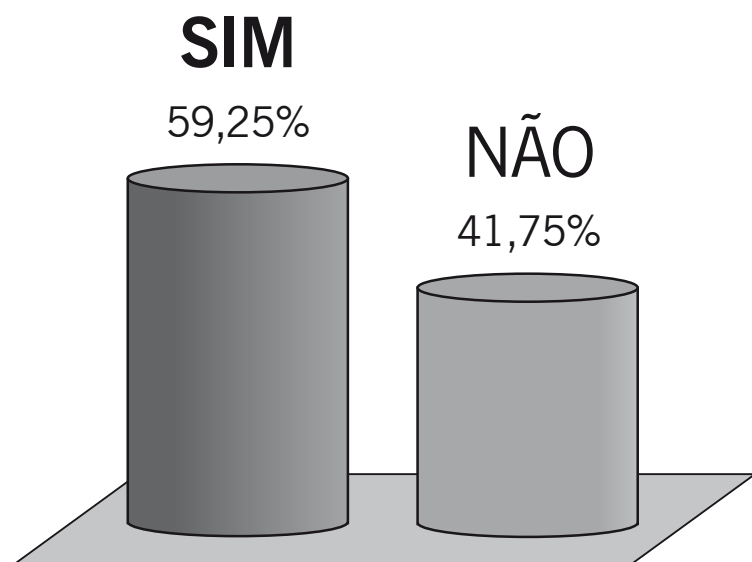
Entretanto, o líder dos eurodeputados socialistas ao Parlamento Europeu saudou a vitória do “sim” no referendo português sobre o aborto e a decisão de José Sócrates de alterar a lei, apesar da falta de vínculo jurídico do resultado.

“Os portugueses votaram claramente a favor de uma alteração da lei”, afirmou Poul Nyrup, líder do Grupo Socialista Europeu.

Nyrup sublinhou ainda que o primeiro-ministro português “tomou a decisão certa de apresentar uma nova lei perante o Parlamento” nacional.

Por sua vez, a presidente das Mulheres Socialistas Europeias, Zita Gurmai – que se envolveu activamente na campanha pelo “sim” no referendo em Portugal –, congratulou-se com o facto de “as mulheres em Portugal terem finalmente os mesmos direitos que no resto da União Europeia”.

“A decisão de abortar é profundamente pessoal e privada e o Estado não deve impor uma moral”, sublinhou Gurmai, para quem a alteração na legislação sobre a IVG irá permitir acabar com o perigo do aborto clandestino.



OPINIÃO



CARLOS ZORRINHO
Coordenador do Plano Tecnológico

O peso político de Portugal no mundo depende em larga medida da sua capacidade de plena integração europeia, enquanto a capacidade do país influenciar o projecto europeu depende da sua multiplicidade de relações privilegiadas com outros países e continentes

MISSÃO NA CHINA – UM ÊXITO POLÍTICO E ECONÓMICO

HÁ CERCA de um ano Portugal assinou com a China um acordo de parceria estratégica global com implicações económicas e políticas relevantes. Os resultados desse acordo histórico começam a ser visíveis.

Num ano, as trocas comerciais bilaterais cresceram perto de 40 por cento e espera-se que dupliquem rapidamente. Cada vez mais empresas portuguesas desenvolvem parcerias com empresas chinesas, quer para explorar nichos de mercado no território chinês, quer para desenvolverem e comercializarem produtos no mercado mundial.

Com a recente visita do primeiro-ministro português à China, ficaram também lançadas as bases para um aumento significativo do investimento chinês em Portugal, quer no domínio logístico, quer no domínio do desenvolvimento de novos produtos. Ficaram ainda criadas as bases para um maior intercâmbio cultural e de jovens técnicos e investigadores entre os dois países.

O que levará um país com mais de cem vezes a dimensão demográfica de Portugal, a interessar-se tão profundamente por uma parceria estratégica com o nosso país? Antes de mais a confluência de interesses e visões é relevante. Portugal é uma porta de acesso fácil aos mercados europeus, africanos e sul-americanos, grandes prioridades da economia chinesa.

Por outro lado, e esse foi o meu ver o factor determinante do êxito político e económico da visita, Portugal oferece um contexto único de estabilidade política, segurança, determinação de objectivos e solidez de políticas focadas na subida na cadeia de valor das suas empresas e dos seus produtos.

O peso político de Portugal no mundo depende em larga medida da sua capacidade de plena integração europeia, enquanto a capacidade do País influenciar o projecto europeu depende da sua multiplicidade de relações privilegiadas com outros países e continentes. Justifica-se assim plenamente a intensa aposta da nossa presidência nas cimeiras bilaterais determinantes, como a cimeira Europa – África, a cimeira Europa – Rússia, a cimeira Europa – China e no reforço das relações Europa - Brasil, e justifica-se também a cooperação estratégica entre o Governo e a Presidência da República na concretização duma política externa forte, agressiva e ambiciosa.

Portugal confrontou-se neste início de milénio com condições competitivas fortemente adversas, fruto da abertura dos mercados, do alargamento da União Europeia e do reforço da concorrência nas nossas áreas de especialização tradicional. Durante alguns anos jogou à defesa e esteve à beira do abismo. Agora passou ao ataque e aumentou muito as hipóteses de sucesso. O êxito político e económico desta visita à China deu um contributo relevante nesse caminho.



OPINIÃO

EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA

BRAVO NICO
Deputado do PS

A Escola Pública tem hoje a marca do Partido Socialista. Uma marca indelével, porque plena de justiça social, de igualdade de oportunidades, de autonomia e de responsabilidade

A ESCOLA Pública tem sido, nos últimos tempos, uma preocupação central de partidos políticos, sindicatos, associações profissionais, órgãos de comunicação social, comunidades científicas e outros construtores do pensamento publicado.

De facto, não há fumo sem fogo. A realidade é que está em construção uma nova Escola Pública em Portugal, com uma nova geometria funcional, para um novo tempo, com uma nova sensibilidade social e com uma nova interpretação do que deve ser, no presente, a sua missão de serviço público.

E proponho uma viagem de breves minutos pela actual Escola Pública portuguesa.

Uma viagem por um empolgante desafio que se vence, todos os dias, nas escolas portuguesas e que é protagonizado por professores, alunos, funcionários, famílias, autarquias, empresas e muitas outras instituições.

Proponho-vos quatro paragens nesta breve viagem. Quatro paragens que se constituem momentos de observação e reflexão.

1ª Paragem: Uma Escola Pública redignificada, valorizada e a tempo inteiro, no 1º Ciclo do Ensino Básico

A Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico é, hoje, uma realidade profundamente diferente da realidade de há dois anos atrás. O que mudou, em dois anos de Governo do Partido Socialista?

Foi reforçado o tempo de trabalho e de aprendizagem na aquisição de competências básicas em áreas fundamentais do conhecimento: Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Experimentais.

Promoveu-se o enriquecimento do currículo, na totalidade da rede de escolas públicas, com aprendizagens em Língua Inglesa, Música e Actividade Física e Desportiva, numa responsabilidade partilhada com cerca de 300 Câmaras Municipais e envolvendo um investimento de 80 milhões de euros. No sentido de assegurar todas as necessidades básicas para este alargamento dos tempos de aprendizagem, são servidas, diariamente, nas Escolas do 1º Ciclo, 310 mil refeições quentes, num investimento de 10 milhões de euros.

Incluiu-se a renovação do parque escolar no Quadro de Referência Estratégico Nacional, QREN que permitirá, finalmente, uma verdadeira e decisiva intervenção de requalificação das infra-estruturas ao nível do 1º Ciclo do Ensino Básico.

2ª Paragem: Uma Escola Pública que combate, com determinação, o Insucesso e o Abandono escolares.

A Escola Pública assumiu, definitiva e frontalmente, o combate ao flagelo do insucesso e abandono escolares. O que mudou, em dois anos de Governo do Partido Socialista?

A instituição do princípio e da prática da ocupação plena dos tempos escolares, garantindo aos jovens e às respectivas famílias que todo o tempo que o jovem passa na escola tem conteúdo educativo.

A implementação do Plano de Acção para a Matemática, envolvendo 1200 escolas e um investimento de 9 milhões de euros.

A promoção do Plano Nacional de Leitura, envolvendo 4100 escolas, 80 câmaras municipais e um investimento de 1,5 milhões de euros.

A promoção da Educação para a Saúde, com uma importante componente de Educação Sexual, envolvendo 188 escolas.

O investimento nas Tecnologias da Informação e Comunicação, envolvendo a instalação de 1000 salas TIC e a disponibilização de 26 mil computadores portáteis.

A reedição do projecto Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, envolvendo 34 territórios nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa.

O novo enquadramento legislativo relativo aos Manuais Escolares.

A promoção da oferta de cursos Profissionais nas Escolas Secundárias, envolvendo 500 novos cursos e 23 mil novos alunos.

A promoção de novos cursos de Educação e Formação de Adultos, envolvendo a criação de 20 mil novas vagas.

A criação de 270 Centros Novas Oportunidades, que se assumem como novos acessos aos sistemas formais de educação e formação, para dezenas de milhares de adultos.

O início do processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências ao nível do 12º ano, uma inovação no contexto de toda a União Europeia.

3ª Paragem: Uma Escola Pública que Qualifi-

ca, Dignifica e Estabiliza o exercício das funções docentes.

Os professores são o elemento estruturante de toda a actividade da Escola Pública e devem ver o seu exercício profissional requalificado e redignificado. O que mudou em dois anos de Governo do Partido Socialista?

Um novo Regime Jurídico da Formação Inicial de Professores, apostando fortemente no reforço da qualidade científica e pedagógica na formação inicial de docentes.

O reforço da Formação Contínua de Professores em áreas críticas da aprendizagem dos alunos, particularmente na Matemática, Língua Portuguesa, TIC e Ensino Experimental.

Um novo Estatuto da Carreira Docente, promovendo uma cultura de Mérito e uma adequação do conteúdo funcional docente às novas exigências e responsabilidades da Escola Pública.

A colocação plurianual de docentes, pondo um fim à contínua circulação de professores por escolas e permitindo as necessárias condições para a existência de um clima de estabilidade que permita a escolas, professores e famílias uma planificação adequada e responsabilizante das aprendizagens dos alunos.

4ª Paragem: Uma Escola Pública com mais autonomia e maior responsabilidade.

A Escola Pública vê reforçado o seu espaço de autonomia e aumentadas as suas responsabilidades. O que mudou em dois anos de Governo do Partido Socialista?

Promoção de uma cultura, rigorosa e responsabilizante, de avaliação, que envolve, no presente ano lectivo, 100 escolas.

A preparação de 24 contratos de autonomia, num claro sinal de confiança nas escolas e nos professores.

A crescente transferência de competências do âmbito das Direcções Regionais de Educação para os órgãos executivos das escolas, em áreas que vão da gestão pedagógica à contratação e gestão de recursos humanos.

Hoje, não há qualquer margem para dúvida: estamos a assistir a um dos mais fortes e determinados impulsos – de que há memória na nossa história contemporânea – no reforço e credibilização da Escola Pública Portuguesa.

A Escola Pública está a aprender-se mais e durante mais tempo nas escolas portuguesas.

A Escola Pública está melhor há mais conhecimentos e competências disponíveis e maior estabilidade e qualidade nos espaços e tempos de aprendizagem.

A Escola Pública está mais próxima das famílias, organizando-se para responder às actuais necessidades e exigências das famílias portuguesas contemporâneas.

A Escola Pública abre-se a todos os portugueses, de todas as idades, de todas as circunstâncias sociais, económicas e profissionais e de todo o território nacional.

A Escola Pública serve hoje melhor o desenvolvimento social e económico do país, ao promover formações que respondem às necessidades de qualificação profissional emergentes e em estreita articulação com empresas e instituições.

Os socialistas orgulham-se da equipa que hoje lidera o Ministério da Educação e aqui releva o extraordinário trabalho que tem vindo a realizar.

É também de relevar o extraordinário exemplo de serviço público que as escolas e os (as) professores (as) portugueses (as) têm evidenciado na construção desta nova Escola Pública.

Portugal tem, hoje, redobrados motivos de orgulho na Escola Pública e nos seus professores.

Apropriando-me de uma palavra de José Saramago, eu digo que a Escola Pública Portuguesa está duplicada: está maior, melhor, com mais pessoas no seu seio, mais compatível com as necessidades das famílias, mais preocupada com quem nela não tem sucesso, ou com quem dela saiu precocemente, e mais atenta às necessidades de desenvolvimento do país.

A Escola Pública tem hoje a marca do Partido Socialista. Uma marca indelével, porque plena de justiça social, de igualdade de oportunidades, de autonomia e de responsabilidade, condições indispensáveis para a contínua construção da liberdade de cada português e do desenvolvimento económico e social de Portugal.

Esta é Escola Pública que o Partido Socialista defende e que disse que ia construir.

Esta é a Escola Pública que o Partido Socialista está a construir!

Aceder à justiça vai ser mais fácil



PROCEDER a uma ampla e profunda revisão da actual doutrina das custas processuais, com o objectivo de uniformizar e simplificar todo este sistema, levou o Conselho de Ministros a aprovar uma proposta de lei visando autorizar o Governo a introduzir mecanismos de simplificação do sistema de custas judiciais e dos Códigos de Processo Civil, Processo Penal e Procedimento e do Código do Processo Tributário.

Esta proposta será agora submetida à aprovação na generalidade da Assembleia da República, que autorizará igualmente o Governo a proceder à redução do âmbito das isenções de custas processuais e à eliminação do benefício de dispensa de pagamento prévio, conferido actualmente ao Estado.

Com estas alterações, pretende-se estabelecer um sistema de custas processuais simplificado, assente no pagamento único de uma taxa de justiça e no pagamento de encargos que reflectam os efectivos custos da justiça, ao invés do que sucede actualmente onde se constata a existência de uma multiplicação de taxas de justiça e de desdobramento das mesmas.

Assim, a proposta de lei estabelece critérios de orientação que vão no sentido de uma maior simplificação e modernização de todo o sistema de custas processuais e das formas dos respectivos pagamentos, reunindo, num só diploma, todas as normas respeitantes às custas processuais e transferências de regras substantivas para a lei de processo.

Fica ainda consagrada a integração de critérios mais justos na determinação da taxa de justiça, procurando assim racionalizar o recurso aos tribunais através da adopção de medidas que visam dar um tratamento diferenciado aos “litigantes em massa” e prevendo critérios que combinam o valor da acção e a efectiva complexidade do processo.

Finalmente, pretende-se ainda a moralização do sistema de isenções de custas, eliminando certos privilégios do Estado e pessoas colectivas públicas, mas, em contrapartida, reforçando, por outro lado, o direito dos trabalhadores constituídos a protecção

jurídica em caso de despedimento ou em caso de acidentes de trabalho, alargando o âmbito das isenções nestas matérias.

Melhorar o acesso aos tribunais

Proceder ao aperfeiçoamento do regime jurídico no acesso ao direito e aos tribunais é outra das propostas de lei aprovadas em Conselho de Ministros.

Com esta proposta pretende-se proceder à clarificação do conceito de insuficiência económica, através da revisão dos critérios de apreciação do rendimento relevante das famílias para efeitos de protecção jurídica e da contabilização do número de elementos do agregado familiar.

Por outro lado, são introduzidas novas regras no que respeita à admissão dos profissionais forenses no sistema de acesso ao direito, nomeação de patrono e de defensor, bem como sobre o seu sistema de remuneração, abrindo-se a possibilidade da sua nomeação vir a ser realizada para lotes de processos e de diligências avulsas.

Contemplada ficará igualmente a regra da promoção da resolução extrajudicial dos litígios e a sua integração no sistema de apoio judiciário, assim como a criação de uma modalidade de consulta jurídica sujeita ao pagamento prévio de uma taxa, que poderá beneficiar o requerente que, caso disponha provadamente de um rendimento relevante para efeitos de protecção jurídica, tenha direito a apoio judiciário em qualquer das suas modalidades, mas não a consulta jurídica gratuita.

Por fim, e tendo em vista um mais adequado acesso aos tribunais, são propostos melhoramentos e pequenas correcções no procedimento administrativo, nomeadamente no que respeita à concessão de protecção jurídica, como seja a possibilidade de o requerente solicitar, a título excepcional, que a apreciação da insuficiência económica tome em consideração apenas os elementos referentes a si ou à parte do seu agregado familiar, o que poderá afigurar-se adequado nas situações em que o benefício requerido para o litígio envolva o próprio agregado familiar. **R.S.A.**

Parte dos incentivos do QREN podem ser a fundo perdido

UMA PARTE dos incentivos integrados nos fundos comunitários do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional) poderá ser a fundo perdido.

A garantia foi dada pelo secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Rui Nuno Baleiras, que explicou que uma fracção destes incentivos podem ser não reembolsáveis acrescentando contudo, e no que diz respeito ao investimento de carácter empresarial, que os incentivos “são essencialmente reembolsáveis”, uma vez que, referiu, o Governo deseja aumentar a co-responsabilização do sector privado”.

Este cenário poderá permitir, na perspectiva do governante, novos apoios, uma vez que, como referiu, o reembolso dos incentivos abre a porta à possibilidade de novos financiamentos para projectos futuros.

Rui Nuno Baleiras falava num encontro em Leiria, que reuniu mais de duas centenas de participantes, reunião realizada no âmbito das consultas públicas que o Governo está a efectuar por todo o território nacional a propósito da aprovação dos Planos Operacionais (PO), documento que o Executivo pretende entregar para apreciação da Comissão Europeia até ao próximo dia 5 de Março.

Segundo o secretário de Estado, Bruxelas deverá depois aprovar os PO portugueses até Julho, sendo



então credível, como garantiu, que “no segundo semestre deste ano” seja possível começar a aceitar e a avaliar as candidaturas.

Recorde-se que a candidatura portuguesa aos fundos do QREN para o período de 2007/13 privilegia, por vontade do Governo liderado por José Sócrates, a promoção e a qualificação das pessoas, sector para onde serão destinados cerca de 6 mil milhões de euros, considerando o secretário de Estado que não poderá haver desenvolvimento sustentado do país, sem uma aposta séria e continuada na formação académica e técnica da população.

Outra das áreas a merecer particular atenção dos fundos do QREN respeita, como recordou o governante, ao aumento da com-

petitividade das empresas, sector para onde serão canalizados mais 6 mil milhões de euros.

A Região Centro, através do seu Plano Operacional, receberá cerca de 1702 mil milhões de euros, estando a maioria das verbas destinadas à consolidação e requalificação dos espaços sub-regionais, com 468 mil milhões de euros, e a restante verba a ser dirigida, quase em exclusivo, para a competitividade, inovação e conhecimento.

Também o desenvolvimento e requalificação das cidades desta zona do país, assim como os sistemas urbanos e a valorização ambiental, serão objecto de um particular enfoque por parte dos fundos integrados no Plano Operacional da Região Centro. **R.S.A.**

Livros em português distribuídos em escolas e bibliotecas dos EUA

MAIS de um milhar de livros em português foram recentemente distribuídos em diversas bibliotecas e escolas norte-americanas onde se ensina a nossa língua.

A iniciativa teve lugar durante a visita da deputada socialista Rosa Albernaz aos Estados de Nova Jersey e Pensilvânia, EUA, no âmbito da campanha “Educação 24 – Em Português nos Entendemos”.

Na cerimónia de distribuição das obras, Rosa Albernaz contactou com estabelecimentos de ensino comunitários e instituições relacionadas com a comunidade lusa, cujos representantes saudaram entusiasticamente esta acção que “nunca tinha sido concretizada com tal dimensão”.

O conselheiro social da embaixada portuguesa, José Galaz, que se deslocou propositadamente de Washington, leu uma mensagem do embaixador de Portugal, João de Vallera, na qual é evidenciada esta iniciativa da sociedade civil de entrega de mais de um milhar de



livros “de português e em português, a bibliotecas de escolas e de associações portuguesas”.

Refira-se que Rosa Albernaz contactou várias editoras e câmaras municipais do nosso país no sentido de reunir este acervo bibliográfico para doação, conseguido recolher, no prazo de um mês, cerca de 1200 livros.

OPINIÃO



MARIA SANTOS
Membro da Comissão Nacional

Fazer do ensino público uma escola de excelência é uma tarefa que a todos deve mobilizar, em especial aos socialistas

QREN – A PRIMEIRA PRIORIDADE

AO APRESENTAR o Quadro de Referência Estratégico Nacional (2007-2013), em substituição dos anteriores Quadros Comunitários de Apoio, o primeiro-ministro definiu, para esse horizonte temporal, dez prioridades políticas que sustentam “uma visão para Portugal”.

Alguns analistas sinalizaram a sua importância programática, destacando, mesmo, a continuada aposta do Governo na educação e na formação (primeira prioridade). Acreditamos – sinceramente – que é nesta área que as nossas melhores energias, recursos e ambições se devem concentrar! Se queremos superar seculares estrangulamentos socioeconómicos e fazer emergir níveis de intervenção criteriosa ou perfis profissionalmente qualificados, temos de investir no potencial humano. Nada mudará, de modo mais sustentado, ou nada de genuinamente valioso acontecerá, se escamotearmos a necessidade de consolidar as políticas públicas que visam a qualificação (formal e não formal) dos portugueses. A educação das crianças e dos jovens tem de ser assumida como um desígnio nacional. Cada um de nós, pais, professores dirigentes de todos os matizes tem, pois, a obrigação de nela se envolver.

Num mundo em rápida transformação, onde os valores materiais parecem querer sobrepor-se à essência da complexidade humana, a educação constitui um dos pilares mais consistentes para garantir um “futuro viável”! O combate ao insucesso, ao absentismo e ao abandono escolar são, forçosamente, a nossa primeira escolha.

Na “batalha da modernização e da sociedade do conhecimento”, um papel de primeira linha terá de ser dado, indiscutivelmente, ao sistema educativo e cultural. No imediato, torna-se indispensável responder aos desafios da competitividade, da produtividade e da inovação empresarial. Embora isso não nos deva fazer esquecer que o suporte dessas políticas exige comportamentos criadores (individuais e colectivos). Ao apostar numa educação que incentive a curiosidade e o “raciocínio imaginativo”, que estimule a abertura de espírito, o pensamento criativo construtivo e a autonomia pessoal, estaremos a contribuir para o “sucesso” duradouro e estruturante do desenvolvimento de Portugal. Por outro lado, se a inovação é, indiscutivelmente, uma das “chaves” emancipadoras ou um fluxo vital para o progresso económico do país, não é menos verdade que, para ganhar os enormes desafios que se nos colocam, temos que acreditar mais em NÓS e nas nossas potencialidades.

Uma das premissas fundamentais do QREN é a existência de “agentes” com capacidade criativa e empreendedora. Nesse sentido, para “aumentar os níveis de qualificação” ou proceder à consolidação de um “ensino básico e secundário de qualidade”, devemos tentar obter, articuladamente, o contributo inestimável das artes e da cultura

É assim que entendo o reforço da componente educativa, ao contrário do que certas vozes propagam, quando põem em dúvida a “justeza dos investimentos” ou a “seriedade” das nossas orientações.

Fazer do ensino público uma escola de excelência é uma tarefa que a todos deve mobilizar, em especial aos socialistas, a quem se exige que assumam, empenhadamente, este indeclinável compromisso geracional!

FALECEU O FUNDADOR MANUEL ANTÓNIO GARCIA

FALECEU no passado dia 8 o camarada Manuel António Garcia, fundador do PS. Contava 89 anos.

Dissidente do PCP, no qual chegou a militar por pouco tempo, Manuel António Garcia foi um dos fundadores do nosso partido.

No pós-25 de Abril participou activamente nas batalhas pela defesa e consolidação da democracia em que o PS esteve envolvido.

Fundador da Secção da Parede, Manuel António Garcia foi dirigente da FAUL e fez ainda parte da Comissão Fiscalizadora de Contas.

À família enlutada, e aos camaradas da Secção da Parede, o “Acção Socialista” apresenta as mais sentidas condolências.

CONCELHIA DE ÉVORA ACUSA PCP DE PREJUDICAR CANDIDATURA DO TEMPLO ROMANO



A REGIÃO de Turismo de Évora, presidida por Andrade Santos, candidato derrotado do PCP à Câmara Municipal de Évora nas últimas eleições autárquicas, resolveu, “de forma parcial e errada”, usar dos meios que tem ao seu dispor para “beneficiar” a candidatura de uma das três maravilhas alentejanas a uma das sete maravilhas de Portugal, “prejudicando assim a candidatura do Templo Romano de Évora”.

A acusação é da Comissão Política Concelhia do PS/Évora, que em comunicado refere que este organismo de turismo tenta deste modo “diminuir o esforço que a autarquia e os eborenses estão a fazer para valorizar a sua cidade”.

A Concelhia do PS afirma que a vereadora do PCP e “representan-

te” da Câmara de Évora na Região de Turismo, Jesuína Pedreira, ao alegar desconhecer a iniciativa deste organismo “demonstra não só a sua manifesta incompetência para o lugar que ocupa, como demonstra que a Região de Turismo não é um órgão participativo nem está a defender o interesse da região de forma equilibrada e justa, colocando assim o interesse partidário dos dirigentes à frente dos interesses da região”.

Os socialistas eborenses lamenta ainda que “o PCP olhe para o organismo do turismo como sua propriedade e, por isso, desrespeite o esforço da Câmara Municipal e dos eborenses na defesa do interesse da cidade”, ficando assim “claro o traço distintivo do projecto autárquico do PCP para a cidade de Évora”.

PS/PENAFIEL CRIA “SITE” NA INTERNET



COM vista a informar a população em geral e os militantes socialistas penafidenses em particular sobre as actividades do nosso partido a nível local e das suas tomadas de posição públicas, a Comissão Política Concelhia do PS de Penafiel criou um site na Internet que pode ser consultado no endereço www.pspenafiel.com

Neste espaço, para além da edição de documentos de interesse

municipal, há locais de acesso reservado a militantes que desejarem, por exemplo, consultar as convocatórias dos órgãos concelhios ou outras informações de carácter estritamente interno.

Trata-se, segundo o comunicado de apresentação do “site”, de estimular a utilização de novas tecnologias, ao mesmo tempo que se dinamiza uma “plataforma de formação e informação política”.

Regalias dos gestores públicos limitadas

OS GESTORES públicos vão ter limitado o valor das indemnizações, passando a receber o equivalente a um ano de vencimentos quando deixam os cargos, de acordo com o novo Estatuto do Gestor Público.

O secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, Carlos Costa Pina, considerou “desajustada e desactualizada” a lei actual, que data de 1982, sublinhando, no entanto, que as “altas indemnizações” pagas a gestores públicos, noticiadas nos órgãos de Comunicação Social, foram aplicadas “nos termos da lei existente”.

Carlos Costa Pina referiu também, em conferência de Imprensa no final do Conselho de Ministros do passado dia 1, que os gestores vão deixar de ter benefícios adicionais, nomeadamente planos complementares de reforma.

Já outras regalias como cartões de crédito e telemóveis passam a ser determinadas pelas administrações das empresas.



Governo cria Agência de Acreditação do Ensino Superior

A AGÊNCIA para a Qualidade do Ensino Superior, organismo que será responsável pela avaliação e acreditação de todos os cursos e estabelecimentos universitários, foi criada no passado dia 1 pelo Conselho de Ministros.

A nova Agência, que representa um elemento central para a reforma do ensino superior português, tem como objectivo a promoção da qualidade do ensino superior, designadamente através dos procedimentos de avaliação e de acreditação dos estabelecimentos de ensino superior e dos seus ciclos de estudos, bem como o desempenho das funções inerentes à inserção de Portugal no sistema europeu de garantia da qualidade do ensino superior.

Segundo o diploma agora aprovado, a Agência será dirigida por um conselho de administração composto por personalidades de reconhecido mérito e especialização



na área da garantia da qualidade do ensino superior e da ciência. A este conselho cabem, com total independência, as decisões em matéria de avaliação e de acreditação de cursos ou estabelecimentos de ensino.

Por sua vez, a representação dos interesses das entidades avaliadas é

assegurada pela composição de um conselho consultivo, com membros designados pelos estabelecimentos de ensino superior, pelos estudantes, pelas associações profissionais e por outros parceiros sociais, tratando-se de funções consultivas sobre matérias de âmbito geral da sua política de actuação.

Saldos do comércio com novas datas

O GOVERNO aprovou um decreto-lei que uniformiza e clarifica o regime aplicável às práticas comerciais com redução de preço nas vendas a retalho praticadas em estabelecimentos comerciais, como saldos, promoções e liquidações, com vista ao escoamento das existências, ao aumento do volume de vendas ou a promover o lançamento de um produto não comercializado anteriormente pelo agente económico.

O regime agora aprovado procede à antecipação das datas dos dois períodos anuais permitidos para a venda em saldos, que passa a ser de 28 de Dezembro a 28 de Fevereiro



e de 15 de Julho a 15 de Setembro, de forma a possibilitar um maior escoamento das existências do estabelecimento num espaço mais alargado de tempo.

Para além destes aspectos, é garantido o direito à informação dos consumidores, nomeadamente no que respeita à venda de produtos com defeito, e são reforçados os seus direitos, permitindo a utilização, nas vendas com redução de preço, dos meios de pagamento habitualmente disponíveis e a substituição do produto adquirido, independentemente do motivo, mediante acordo com o comerciante.

Finanças esperam arrecadar 1600 milhões de euros de impostos em atraso

NO ÂMBITO do combate à fraude e evasão fiscais, o Governo prevê cobrar este ano 1600 milhões de euros de impostos em atraso e estima que até 2009 as receitas extras de dívidas em atraso devam continuar a acelerar.

Depois do objectivo de obter 1500 milhões de euros em cobranças coercivas em 2006 ter sido ultrapassado, o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, diz que espera que entrem nos cofres públicos em 2007 cerca de 1600 milhões de euros. Para tal, anunciou, irão ser recrutados mais 334 inspectores.

“Ainda estamos aquém da altura em que os rendimentos serão decrescentes”, disse Teixeira dos Santos durante a apresentação do relatório sobre a evolução em 2006 do combate à fraude e evasão fiscais.

Segundo o ministro das Finanças, até 2009, o Governo espera que continue a ser possível arrecadar valores próximos dos 1500 a 1600 milhões de euros em dívidas em atraso.

Com a redução do limiar a partir do qual um contribuinte passa a integrar a lista de devedores ao Fisco, poderá haver um aumento das receitas extras que entram nos cofres públicos, afirmou.

No entanto, essa subida pode não ser “muito significativa”, já que



umentam o número de contribuintes na lista, mas diminui os valores em dívida.

No entanto, explicou Teixeira dos Santos, o efeito quantidade deve predominar e permitir aumentar a recuperação de dívidas fiscais.

No balanço do combate à fraude

e evasão fiscais, o titular da pasta das Finanças destacou que “os contribuintes melhoraram o seu comportamento” em termos de cumprimentos voluntários à administração fiscal.

Segundo os dados divulgados pelas Finanças, a taxa de incumprimento na entrega de declarações de impostos de IRC baixou de 32 por cento em 2004 para 15 por cento em 2006, de 23 para 10 por cento no IVA e de 12 para 5 por cento no IRS.

Os dados revelam ainda que, em 2006, o Estado conseguiu

recuperar 823 milhões de euros graças a regularizações voluntárias à matéria colectável, um valor 30 por cento superior ao de 2005. Também as regularizações voluntárias de imposto atingiram os 211 milhões de euros, o que se traduz num crescimento de 20 por cento, face ao ano anterior.

Teixeira dos Santos sublinhou que o combate à fraude e evasão fiscais intensificou-se, referindo que, em 2006, as acções de controlo efectuadas cresceram 13 por cento e instauraram-se 837 processos de levantamento do sigilo bancário, uma subida face aos 643 processos de 2005 e os 538 de 2004.

Teixeira dos Santos anunciou mais três centenas de inspectores para o fisco

De salientar ainda que no capítulo da fraude as prioridades para este ano são a emissão de facturas falsas, a viciação de programas informáticos de facturação, a fraude “carrossel” no IVA e a vigilância no contrabando de tabaco e combustíveis.

Promover a igualdade e diversidade cultural

APOIAR financeiramente projectos que promovam a igualdade, a diversidade cultural e o debate sobre os direitos humanos é o objectivo central do programa “Todos Diferentes, Todos Iguais”.

Esta iniciativa do Governo, gerida pelo Instituto Português da Juventude, decorre até ao dia 30 de Setembro próximo, surgindo na sequência do sucesso recentemente alcançado com a campanha do mesmo nome e por 2007 ser o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades.

Na base do “Todos Diferentes, Todos Iguais” está também a necessidade de “apoiar iniciativas que contribuam para a desmistificação de preconceitos baseados no desconhecimento, o fortalecimento do respeito pela diferença e o entendimento de que a diversidade pode ser um factor qualitativo



de maior participação social”.

Entre as áreas de intervenção deste programa previstas na portaria estão o voluntariado dirigido às comunidades imigrantes, debates, colóquios e conferências, acções de formação para a cidadania e direitos humanos e campanhas de informação para a integração

de pessoas com deficiência ou incapacidade, entre outras.

Podem candidatar-se a esta iniciativa as associações juvenis, grupos informais de jovens e outras entidades privadas sem fins lucrativos que prossigam objectivos enquadrados nas áreas de intervenção do projecto.

RESTAURO DO CONVENTO DE CRISTO É PRIORIDADE

O RESTAURO do Convento de Cristo é uma prioridade do Ministério da Cultura para os próximos anos. A garantia foi dada pela titular da pasta, Isabel Pires de Lima, que se deslocou recentemente a Tomar, onde se comprometeu a avançar com um “plano articulado” de intervenção nesta área.

“Este é um dos nossos projectos com maior prioridade no âmbito do próximo Quadro Comunitário”, declarou a ministra durante a assinatura de um protocolo com a CIMPOR para assegurar o restauro da Charola do convento.

Segundo Isabel Pires de Lima, o estado actual de conservação do conjunto monumental do convento, classificado pela UNESCO nos anos 80, “não é animador”.

“Estamos perante uma das jóias senão a jóia do património português” e é necessária uma “intervenção coerente e articulada”, defendeu.

No que respeita à zona verde envolvente, conhecida como Mata dos Sete Montes, a governante



revelou que existem conversações “em ritmo acelerado” com o Ministério do Ambiente para ceder a tutela daquele espaço à Câmara local.

Com a entrega do espaço à autarquia, a ministra espera dar um exemplo da abertura da administração central à cooperação com os agentes locais, até porque sem eles – alertou – “não é possível garantir a vida dos monumentos”.

Em matéria de restauros, “temos muito trabalho feito” em todo o país, mas muito desse património “não está devidamente animado” e nem aposta no turismo cultural como uma prioridade, observou Isabel Pires de Lima. M.R.

OPINIÃO



MAXIMIANO
MARTINS
Deputado do PS

Devem saudar-se as apostas firmes do QREN: prioridade à valorização dos Recursos Humanos, prevalência de uma Agenda da Competitividade, aposta nos Territórios

2007/2013: AS OPORTUNIDADES PARA PORTUGAL

ESTÁ EM discussão pública o novo quadro comunitário de apoio, para o período 2007/2013, na sua nova denominação de Quadro de Referência Estratégico Nacional "QREN", bem como os Programas Operacionais que lhe darão execução. Tem-se dito que é para Portugal "a última oportunidade". Não direi tanto. Mas partilho a opinião que em muitos aspectos as oportunidades que este período de programação colocam a Portugal não se irão repetir nem em volume – porque há crescentemente um número maior de países candidatos à utilização de fundos de coesão e política regional – nem em qualidade – porque se alteram continuamente os desafios estratégicos que se colocam à Europa, bem como as respostas aos desafios do ponto de vista de políticas públicas, o que se significa que as prioridades na afectação dos recursos financeiros da União se vão ajustando deixando para trás aqueles que não fazem as apostas certas no tempo certo.

Existe assim a absoluta necessidade de Portugal fazer as apostas certas estratégicas neste QREN. Para começar o país parte de um pacote financeiro muito generoso, resultado de uma negociação difícil mas bem sucedida por parte do nosso Governo. Depois, o Governo procura com o QREN 2007/2013 ultrapassar uma das razões principais para uma menor eficácia no passado na utilização de recursos financeiros comunitários. Refiro-me à tendência passada para a utilização de recursos financeiros segundo escolhas generalistas de "crivo" muito largo tendo como resultado uma grande dispersão de objectivos e de apoios sem optimização dos impactos sobre a economia, a sociedade e o território. Nos novos tempos em que vivemos exigem-se: primeiro, escolhas estratégicas bem determinadas; depois, focalização da acção e prioridades claras; por fim, persistência e permanência das políticas públicas e não políticas erráticas.

Por estas razões devem saudar-se as apostas firmes do QREN: prioridade à valorização dos Recursos Humanos, prevalência de uma Agenda da Competitividade, aposta nos Territórios. A primeira aposta é de mais evidente e absolutamente decisiva – as qualificações e o conhecimento são as chaves para a valorização dos portugueses e para a sustentabilidade dos seus níveis de bem-estar. A aposta na competitividade é igualmente decisiva – sem competitividade não há crescimento e desenvolvimento o que obriga a que o "crivo" para a avaliação da qualidade dos investimentos públicos e privados deva ser obrigatoriamente o seu contributo para o acréscimo da competitividade na oferta de bens e serviços nacionais; obriga assim a privilegiar os bens transaccionáveis e a modernização das actividades mais expostas à concorrência internacional e com maior capacidade exportadora. A aposta nos "clusters" de base territorial é também uma linha essencial – as actividades concentradas e interligadas regionalmente criam sinergias, aumentam a produtividade e geram vantagens económicas para as regiões e para o país; daí a aposta em clusters visando explorar a sua capacidade de gerar conhecimento, inovação, cooperação, "upgrade" competitivo, tanto de empresas como de territórios.

As prioridades são assim claras: economia baseada no conhecimento e na inovação, renovação do perfil de especialização e dos modelos de negócios empresariais, incremento da produção transaccionável de bens e serviços, maior orientação para os mercados internacionais, redução de custos públicos de contexto e afirmação da competitividade territorial em projectos com escala e estruturantes.

Em resumo: um bom desenho geral estratégico e operacional do QREN; um modelo de governação muito exigente mas igualmente muito promissor; boas escolhas estratégicas e prioridades focalizadas; coerência na afectação de recursos e nos instrumentos mobilizados para a acção. Falta agora executar no terreno com a capacidade de mobilização dos agentes económicos e sociais que deve caracterizar o nosso Governo. O resultado só poderá ser um Portugal mais moderno, desenvolvido e progressista

Sector Empresarial do Estado com código de bons princípios



Os Princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado estão aprovados. A partir de agora, cada empresa deve ter ou aderir a um código ético no que respeita a normas fiscais, de branqueamento de capitais, de concorrência, de protecção do consumidor, de ambiente e laborais, designadamente as relativas à igualdade de género.

A RESOLUÇÃO agora aprovada visa dar cumprimento ao objectivo estabelecido no Programa do XVII Governo Constitucional relativo à «promoção da eficiência do investimento e das empresas» e, mais especificamente, «melhorar a governação societária».

Assim, de acordo com o código de bons princípios, o Estado deve integrar, com os devidos ajustamentos, as regras de governo

societário aplicadas às sociedades admitidas à negociação em mercado regulamentado. O Estado deve, também, como accionista, estabelecer orientações estratégicas e objectivos para as empresas públicas, bem como avaliar o grau do seu cumprimento.

Para além da necessária articulação entre o Estado accionista e a administração das empresas, os Princípios agora adoptados abordam, igualmente, outros aspectos geralmente referidos na temática do governo societário, como, por exemplo, as estruturas de administração e fiscalização, a transparência de actuação e a divulgação de informação, a prevenção de conflitos de interesse ou a remuneração dos órgãos de gestão.

De salientar o princípio pelo qual cada empresa deve ter ou aderir a um Código de Ética, a divulgar por todos os seus trabalhadores, clientes, fornecedores e pelo público em geral, que inclua exigentes comportamentos éticos e deontológicos

e, em particular, promova um comportamento eticamente irrepreensível no que respeita à aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de protecção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral, nomeadamente relativas à não discriminação e, também, à promoção da igualdade entre homens e mulheres.

É de realçar, pelo seu carácter inovador, o princípio pelo qual as empresas detidas pelo Estado devem adoptar planos de igualdade, tendo em vista combater, de modo sistemático, as diferentes formas de discriminação e favorecer a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.

Os Princípios agora adoptados pelo Governo passam a ser o padrão de comportamento pelo qual as empresas do Sector Empresarial do Estado devem pautar a sua actuação, de acordo com as melhores práticas internacionais na área do governo das sociedades.

“Em 2005 fomos o país europeu que mais apostou na energia eólica”



Volvidas cerca de duas décadas desde que Portugal começou a beneficiar dos fundos comunitários, o país enfrenta agora a necessidade de privilegiar o desenvolvimento das áreas do conhecimento. O QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional situa-se precisamente neste desígnio, pois tem em vista a qualificação dos portugueses, o aumento da importância da ciência, da tecnologia e da inovação, bem como a valorização do seu território.

Em entrevista ao “Acção Socialista”, Francisco Nunes Correia, ministro do Ambiente e responsável pela coordenação e gestão global deste programa, afirma que Portugal tem de aproveitar o enorme fluxo financeiro que vai receber e avançar estrategicamente para um novo estágio de desenvolvimento.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

O QREN vem substituir, se se quiser, os até aqui designados Quadros Comunitários de Apoio (QCA). Qual é a principal diferença e o que é que esta nomenclatura acarreta consigo de novidade para a coesão e crescimento dos países menos desenvolvidos da União Europeia?

Antes de mais será bom referir que esta nova nomenclatura não é uma iniciativa de Portugal ou da responsabilidade de qualquer outro país comunitário. Nasceu do estudo e de uma decisão de Bruxelas.

Até agora, quando se organizavam os fundos comunitários, o primeiro passo que se dava ia no

sentido de se elaborar os PDR, os planos de desenvolvimento regionais, a que se seguia, depois de uma discussão aprofundada, uma espécie de contrato com a Comissão Europeia que se traduzia então na aprovação do Quadro Comunitário de Apoio. Havia, portanto, dois documentos.

Neste momento, e a iniciativa, lembro, é de Bruxelas, o conceito é totalmente novo e obedece a critérios que não são exactamente os mesmos dos aplicados até aqui.

Agora, há basicamente um quadro de referência estratégico nacional que faz um diagnóstico da situação, uma avaliação dos antecedentes e propõe as grandes linhas estratégicas de orientação

para o futuro. A par disto existem ainda documentos operacionais precisos, estes sim, estreitamente negociados com Bruxelas, e que são os chamados Programas Operacionais (PO).

E é aqui que Portugal está neste momento. Acabamos de concluir o QREN, documento que entreguei formalmente em nome do Governo à Comissão Europeia, sendo que, por outro lado, os Programas Operacionais estão neste momento em consulta pública, para serem também, muito em breve, apresentados a Bruxelas.

Os Programas Operacionais agora em vigor têm como grande novidade em relação ao que se praticou no passado, o facto de ►►►



▶▶▶ passarem de 12 programas sectoriais, o que dava praticamente um por Ministério, para apenas três, abandonando o formato sectorial para se posicionarem de uma forma temática, perspectivando a prossecução de grande objectivos estratégicos entretanto definidos para este círculo de fundos comunitários, como seja o potencial humano, competitividade e valorização do território.

Mas para além destes Programas Operacionais há ainda os programas operacionais de carácter regional?

Exactamente. De facto, para além dos Programas Operacionais temáticos, a que todos os ministérios podem aceder, existem ainda cinco Programas Operacionais Regionais, um por cada região do país e mais dois para as regiões autónomas, sendo que neste particular as ilhas atlânticas vão beneficiar de dois PO cada. Um será no âmbito do FEDER e outro no sector do Fundo Social Europeu (FSE).

Qual a entidade responsável pela boa prossecução destes programas?

Desde logo, os governos nacionais que trabalharão em estreita articulação com as autoridades comunitárias.

Em primeira linha é o Governo português que tem de montar as estruturas, como as unidades de gestão, de certificação e de pagamento

e ainda as estruturas de inspecção.

À Comissão Europeia fica reservado o importantíssimo papel de fiscalização e de auditoria.

Portugal vai receber da Europa perto de 21,5 mil milhões de euros de fundos comunitários até 2013. Chega ou o Governo português esperava uma verba mais avultada de Bruxelas?

Portugal vai receber muito dinheiro da União Europeia. É bom que todos tenhamos clara consciência deste facto. Esta importantíssima contribuição tem que ajudar a dar um enorme impulso no nosso estágio de desenvolvimento, apostando nos vectores principais em que país tem que dar saltos qualitativos.

Este dinheiro se for bem aproveitado, e o actual Governo não tem dúvidas de que o caminho não poderá ser outro, poderá ajudar a fazer toda a diferença.

De qualquer modo é bom recordar que este dinheiro será ainda complementado por outros dois fundos, que não fazendo parte deste pacote inicial de fundos estruturais, e talvez por isso mesmo se fale menos neles, representam igualmente uma contribuição fortíssima para o nosso progresso. Trata-se do fundo europeu para a agricultura e o desenvolvimento rural e o fundo europeu das pescas, programas que representam um acréscimo de perto de quatro mil milhões de euros.

“O QREN assume como grande propósito estratégico a qualificação dos portugueses”

“É preciso desenvolver uma maior articulação entre o Poder Local e o Poder Central na gestão do território”

Energia renovável

A sensação que se tem é que o país despertou tarde para as energias renováveis. Agora que o processo está finalmente em marcha, para quando uma redução efectiva da nossa dependência energética em relação ao petróleo?

Se é certo que Portugal se debate ainda com o grave problema de ter que comprar ao estrangeiro praticamente tudo o que consome em matéria de energia, também é verdade que esta página começou a ser virada.

No seu conjunto há uma meta europeia que nós vamos ultrapassar largamente, meta essa que aponta para que, até 2010, os vários países produzam cerca de 37 por cento da sua energia eléctrica através de fontes renováveis.

Neste pacote apresentado recentemente pelo primeiro-ministro na Assembleia da República sobre alterações climáticas, Portugal assume a meta de produzir, até 2010, 45 por cento da sua energia eléctrica com base nas renováveis. Ou seja, esta ambição ultrapassa em muito o que estabelece e recomenda a União Europeia para o sector, objectivo só alcançado até agora pela Áustria e pela Suécia.

E para se chegar a este objectivo o recurso à energia eólica é o único ou há outras fontes a que se poderá recorrer?

É claro que a energia eólica as-

sume neste particular um papel relevante. Mas há, de facto, outros caminhos a que igualmente pretendemos recorrer.

Neste momento temos instalado cerca de 1700 megawatts provenientes da energia eólica, em 2010 contamos ter 4700 e dois anos depois perto de 5100 megawatts.

Os passos que temos dado neste matéria têm sido dos maiores de sempre efectuados em toda a Europa. Em 2005, para se ter uma ideia, fomos o país europeu que mais apostou na energia eólica e no ano seguinte registou-se mesmo um aumento de 60 por cento na capacidade instalada.

Estes dados demonstram inequivocamente a importância que o Governo dá ao sector, razão pela qual a aposta nas energias renováveis vai continuar esperando que as metas estabelecidas pela UE sejam, não só atingidas, mas largamente ultrapassadas até 2010.

Quanto às hídricas, outros dos vectores importantes que queremos desenvolver e que tem em vista igualmente fazer diminuir a nossa dependência das energias fósseis, carvão e petróleo, é uma outra área a que temos também dado uma especial atenção.

O que pretendemos fazer, e numa primeira fase, medida que aliás já foi anunciada, é avançar com o reforço de potência de três barragens existentes. Picote, Bemposta e Alqueva. Ao escolhermos este caminho, estamos a optar, para já, pelo reforço



da produção de equipamentos já existentes, protelando deste modo a eventual construção de novas barragens. Esta solução de aumentar a potência dos equipamentos existentes oferece-nos maiores garantias, uma vez que os impactes ambientais são quase nulos.

Para além destes aumentos de potência, existe ainda a ideia de revisitar o planeamento hidráulico nacional, identificando locais com potencial para a construção de novas barragens, para que, com base nessa avaliação ambiental estratégica, se possa partir daí para a escolha de pelo menos três locais para novas barragens hidroeléctricas.

O desenvolvimento da energia hídrica é algo que não se pode dissociar da produção de energia eólica. De facto, uma das razões porque há uma grande aposta na hídrica é que, ao contrário do que muitas pessoas pensam, a hídrica vai ajudar a potenciar a energia eólica.

De que forma é que a energia hídrica influencia a eólica?

Porque as hídricas modernas, aquelas que são datadas com equipamentos da nova geração, são construídas com uma técnica que permite em períodos de menor consumo de energia, mas de grande produção eólica, aproveitar esta energia para ajudar a bombear a água de novo para as albufeiras, permitindo assim a sua reutilização na produção de energia hidroeléctrica.

Mas para se poder atingir a meta de 45 por cento até 2010 de energias renováveis, para além da hídrica e da eólica, tem igualmente muita importância a aposta na chamada microgeração.

Trata-se de um conceito já bastante disseminado por quase todos os países europeus, e que consiste num sistema que se instala individualmente em cada casa ou edifício, também conhecido por sistemas de geração, e que visa a produção de energia eólica ou fotovoltaica, que os habitantes usam para benefício próprio e quando não estão a utilizar descarregam na rede pública. Durante umas horas consomem, ou seja compram, e noutras, quase sempre no período nocturno, são fornecedores, ou seja, vendem.

Biocombustíveis

A política que o Governo tem anunciado em matéria de fontes de energia passa pela substituição gradual mas inexorável dos combustíveis de origem fóssil pelos denominados biocombustíveis. Sendo esta uma matéria cuja resolução não está ainda ao virar da esquina, em que ponto é que estamos e que avanços já foram alcançados?

Esta é sem dúvida uma daquelas áreas de extrema importância e à qual este Governo está a dedicar uma particular atenção.

Portugal definiu como objectivo alcançar até 2010 dez por cento de

“Até 2010, 45 por cento das nossas necessidades de electricidade serão produzidas por energias alternativas ou renováveis”

integração de biocombustíveis. Esta meta representa, sem dúvida, algo de muito exigente, o que nos coloca também numa posição bastante avançada no contexto europeu.

Para se alcançar este padrão o país tem de apostar seriamente na criação de instalações industriais para a produção do biodiesel, cenário que, por sua vez, pode potencializar um efeito de arrastamento muito interessante para a economia nacional, por levar à cultura de oleaginosas que mais tarde podem ser convertidas nos biocombustíveis. Esta oportunidade parece-nos muito interessante e atractiva para um grande número de agricultores que podem dedicar-se a novas culturas seguramente rentáveis.

A biomassa é uma outra fonte interessante para a produção de electricidade e de calor, aliás já utilizada.

Nalguns países já se desenvolvem algumas tecnologias com o objectivo da aplicação da biomassa nos transportes. A este propósito o que se está a fazer em Portugal?

Com efeito, trata-se de uma tecnologia nova, ainda em desenvolvimento, mas que se encontra numa fase já bastante avançada. O aproveitamento da biomassa constitui, tal como o primeiro-ministro referiu no Parlamento, um assunto de primordial importância para o Governo português.

Pegar em palhas ou noutros resí-

duos florestais, que hoje mais não representam do que lixo ou fonte de incêndios e transformá-los em combustíveis, é uma solução já testada com êxito noutros países e que nós queremos igualmente adaptar.

A partir deste pressuposto passa a ser mais acessível explicar aos proprietários das matas que as devem limpar, não só porque assim estão a preservar um património que a todos pertence, mas que, paralelamente, estão igualmente a rentabilizar um negócio e abrir novas perspectivas para o seu futuro.

E quanto ao Estado o que é que está a fazer no sentido de ajudar os proprietários florestais a não desperdiçarem os resíduos florestais?

Alguma coisa está já a fazer-se. O Ministério da Economia, que é o organismo que supervisiona o sector energético, lançou já um concurso público com objectivo de se criarem 13 pontos de recolha da biomassa espalhados pelo país.

Estes passos, como outros que o Governo está a desenvolver, têm como causa próxima, não só dar os passos necessários e firmes no sentido de diminuir a nossa dependência em relação ao combustível fóssil – Portugal, recorde-se, é dos países europeus mais dependentes do ponto de vista energético – como contribuem também para ajudar a diminuir a produção de gases com efeito de estufa, ou seja, alivia as nossas emissões de CO₂ para a atmosfera, e em alguns casos aproveita materiais que de outra maneira seriam tratados como simples resíduos.

É bom que se tenha a consciência de que estas medidas que estamos a tomar são para ser levadas a sério. Aliás, o primeiro-ministro já o garantiu quando sublinhou no último debate mensal que as metas são para ser cumpridas e que o Governo está a trabalhar para que tudo se cumpra como o anunciado.

Urbanismo

Como reage à crítica de que Portugal, nomeadamente no seu litoral, se encontra à beira do caos urbanístico?

Não perfilho essa tese. Sei que há muito a corrigir e que muitas medidas têm de ser tomadas. Contudo, e para não fugir à pergunta, direi que esta área debate-se com diversas complexidades que importa referir. Estou a lembrar-me, por exemplo, da necessidade de uma maior e mais profícua articulação entre os poderes locais e os poderes centrais.

De facto, uma boa parte das competências no ordenamento jurídico e constitucional português são detidos pelos municípios, havendo portanto aqui matérias que são da competência exclusiva das autarquias, o que obriga a processos políticos que não hesito em classificar de complexos.

A ideia do Governo, e perante este cenário, é justamente reforçar o papel e as competências dos municípios, envolvendo as suas responsabilidades legais ▶▶▶

▶▶▶ através da aprovação de instrumentos de planeamento onde, aqui sim, a Administração Central desempenhe um papel determinante.

Recordo que o ordenamento jurídico existente para o território e para o urbanismo data de 1998/99 e que é ainda o que regula todo o edifício jurídico sobre esta matéria.

E o que prevê este instrumento?

Prevê algo que até agora ainda não foi posto em prática, mas que o Governo defende como indispensável. Refiro-me à necessidade de o país dispor de Planos Regionais de Ordenamento do Território, os conhecidos PROT.

Neste momento apenas um está em vigor, o da Área Metropolitana de Lisboa, e mesmo este que deveria ter sido inserido nos Planos Directores Municipais (PDM) não o foi.

Perante esta realidade, o Governo já aprovou, e durante todo este ano e princípios de 2008 tudo estará resolvido, a cobertura de todo o país com Planos Regionais de Ordenamento do Território.

Neste momento está em fase de conclusão o do Algarve, a que se seguirá o do norte, centro, oeste e médio Tejo e mais tarde o do Alentejo.

Para além destes PROT, existe ainda um outro instrumento estruturante para as políticas de ordenamento do território, que está previsto também desde 1998 mas que nunca tinha sido executado, que é o Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território (PNPOT), que o anterior Governo de direita deixou ao abandono.

Esta lei já foi apresentada na Assembleia da República e talvez ainda em Fevereiro ou em princípios do próximo mês de Março, o Governo vai ao Parlamento fazer a sua apresentação para depois ser discutida e aprovada.

Com a aprovação do PNPOT e com os PROT em vigor, pela primeira vez, o país fica coberto por instrumentos de ordenamento que vão condicionar fortemente a nova geração de Planos Directores Municipais que estão a ser preparados.

De entre as muitas novidades que estes instrumentos de ordenamento do território vão trazer, de referir, por exemplo, que no Algarve, uma região sempre tão criticada pela densidade construtiva de que é alvo, passa a ser proibido construir a menos de 500 metros da linha de costa.

A propósito das zonas litorais, lembro que temos ainda os Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), instrumentos de gestão urbanística que coube a este Governo concluir, tendo aprovando o último que faltava respeitante à zona entre Vilamoura e Vila Real de Santo António, sendo que no total são nove os planos que cobrem toda a costa portuguesa de norte a sul do país.

Aliás, o Partido Socialista, e ainda a propósito destes instrumentos



de gestão da orla costeira, está certamente muito orgulhoso pelo facto de ter sido o responsável, a longo do últimos anos, pela aprovação de oito dos nove POOC.

Recursos hídricos

Se, por um lado, o país se debate com falta de água nalgumas regiões, noutras o panorama é por vezes o inverso. O que se está a fazer para se atingir uma melhor e mais adequada gestão da água?

Portugal é um país que em termos médios tem recursos hídricos abundantes, mas como é típico dos países do Sul da Europa, existe uma enorme irregularidade, quer temporal, quer espacial, na ocorrência desses recursos hídricos.

Temos zonas no país, como, por exemplo, o Norte de Portugal na zona do Gerês, que apresenta das mais elevadas precipitações em toda a Europa, mas temos depois outras zonas, como por exemplo a margem esquerda do rio Guadiana, que apresenta dos valores mais baixos.

Portanto, num país de área relativamente pequena como Portugal, temos os extremos europeus. Deparamo-nos assim, com uma grande irregularidade, também ao nível dos caudais de chuva de ano para ano.

Ora, esta situação obriga a um esforço acrescido de gestão. Desde logo, na sua dimensão institucional. As barragens, enquanto espaços de reserva de água, são infra-estruturas que ainda não cobrem todas as ne-

“O Portugal de hoje em comparação com o país de 1985, quando aderiu à então CEE, é completamente diferente, como a noite do dia”

cessidades do país. E neste sentido, o primeiro-ministro anunciou o relançamento de um programa virado para a energia hidroeléctrica e abastecimento, razão por que têm vindo a ser construídas algumas barragens de pequena e média dimensão a que outras se seguirão.

Se, por um lado, continua a ser necessário prosseguir a construção de mais barragens de pequena e média dimensão, também se afigura indispensável saber gerir melhor esta problemática.

Neste sentido, o Governo já aprovou a Lei da Água, e estamos a operacionalizar este preceito com um conjunto de documentos legislativos que vão levar a uma maior e mais adequada função na gestão dos nossos recursos hídricos.

Como compatibilizar esta gestão com a Lei da Água?

A Lei da Água, de facto, assume um papel determinante. De entre outras medidas, prevê a gestão integrada por cinco institutos de âmbito regional dos recursos hídricos interiores e das zonas costeiras. Institutos esses que serão entretanto criados ainda durante o ano de 2007 de acordo com a actual lei.

Estes novos organismos serão denominados de Administrações de Região Hidrográfica, e vão ser sedeados estrategicamente de norte a sul do país, sendo que um será localizado no Porto, outro em Coimbra, outro em Lisboa, outro em Évora e o último com sede em Faro.

Aspecto importante é que estes institutos serão organizados por bacias hidrográficas, de acordo, aliás, com as recomendações e directivas técnicas da União Europeia, sendo que esses cinco institutos vão recolher competências que hoje são exercidas pelas CCDR e pelo INAG, passando a ter uma presença sobre o terreno que esperamos possa ser mais eficaz do que a conseguida até aqui.

Tudo isto que acabo de referir diz respeito à gestão dos recursos hídricos, ou seja, à água que existe na natureza e que importa gerir de forma qualificada e exigente.

Quanto àquilo a que chamamos os serviços de água, ou seja termos água em casa, ou o tratamento dos efluentes, o assunto assume uma outra configuração.

Neste aspecto Portugal tem sabido dar passos muito importantes, sobretudo nas últimas décadas, e o que o actual Governo tem feito, neste capítulo, é incrementar, ainda mais, este processo.

Portugal tem dado passos muito importantes, quer na qualidade, quer na quantidade no que respeita à distribuição de água potável ao domicílio, podendo afirmar-se que hoje praticamente todas as famílias dispõem de água corrente em suas casas, como ao nível do saneamento básico, onde o país também já apresenta padrões bastante satisfatórios mesmo para o nível europeu, apesar do trabalho árduo que ainda falta realizar nesta área.

Governo vai criar Carta Social para as autarquias

DE MODO a permitir o ordenamento da rede de serviços sociais existentes no país e a exemplo do que já acontece com a Carta Educativa, o Governo quer estudar com os municípios a criação de uma Carta Social.

Falando no final de um encontro sobre o planeamento da rede de serviços e equipamentos sociais, o ministro Vieira da Silva explicou que o objectivo da Carta Social é fazer uma réplica para cada autarquia. “Trabalhar em estreita colaboração com as autarquias locais para descentralizar a função de planeamento da rede de equipamentos sociais, ou seja, como se faz, por exemplo, na área educativa, é desejável ter uma réplica para cada município desta carta não apenas com uma avaliação quantitativa, mas com uma avaliação qualitativa das necessidades que é possível e necessário dar resposta”, disse.

Segundo Vieira da Silva, este é o passo a seguir depois de já estar feita a Carta Social elaborada pelos serviços do seu Ministério e que reúne informação actualizada sobre toda a rede de serviços e equipamentos sociais, desde creches a lares de idosos, de Norte a Sul do país.

A Carta Social é uma espécie de base de dados com ficheiros temáticos, onde se inclui a informação mais relevante sobre a rede de serviços e equipamentos, relacionáveis entre si e com referência geográfica ao nível da freguesia/concelho.



O documento é uma actualização de outro já existente com dados de 2004 e está disponível no “site” do Ministério da Solidariedade Social.

O objectivo é proceder anualmente a esta actualização dos dados, estando já prevista uma segunda actualização com dados de 2006 para o mês de Março.

Quanto ao futuro, o ministro considera que passa pela criação

deste instrumento ao nível local com a avaliação qualitativa e quantitativa dos equipamentos existentes e das necessidades da população.

Neste documento de 2005 estão referenciadas todas as valências sociais, desde equipamentos para idosos a creches.

Para o ministro, esta carta permite transparência do sistema, racionalidade e planeamento

eficaz da rede.

De acordo com dados do Ministério, existem em Portugal sete mil equipamentos sociais, a maioria não lucrativos e voltados para a infância e juventude ou para a população idosa.

Cinquenta e um por cento das respostas sociais em Portugal destinam-se a idosos, 37 por cento à infância e juventude e cinco por cento à reabilitação

A Carta Social é uma espécie de base de dados com ficheiros temáticos onde se inclui a informação mais relevante sobre a rede de serviços e equipamentos

e integração de pessoas com deficiência.

Entre 2000 e 2005 o número de utentes da rede de serviços e equipamentos passou de 400 mil para cerca de 600 mil.

Um estudo encomendado pelo Ministério para avaliar o nível de satisfação dos utentes dos equipamentos sociais revela que 85 por cento dos utentes estão muito satisfeitos com o serviço das creches e 75 por cento manifesta o mesmo grau de satisfação com os lares de idosos.

A proximidade da residência e do local de trabalho e a qualidade dos serviços prestados foram os principais motivos apontados para a escolha destes equipamentos sociais.

No caso das creches, 74 por cento dos utentes consideram razoável a comparticipação familiar, enquanto no caso dos lares para idosos os valores de satisfação baixam para os 61 por cento.

Mais transparência, qualificação e responsabilização na construção

TORNAR o sector da construção mais transparente e competitivo, com melhor qualidade e maior responsabilização dos seus agentes é o objectivo central da proposta de lei relativa à revisão do regime de qualificação profissional exigível aos responsáveis pela elaboração e subscrição de projectos e pela fiscalização e direcção de obras, aprovada recentemente em Conselho de Ministros.

A ideia central desta medida, segundo explicou em conferência de Imprensa, o titular da pasta das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino, é elevar a qualificação requerida aos técnicos e profissionais desta área, criando, simultaneamente, mecanismos de prevenção de danos e de responsabilização.

Assim, tem-se em vista criar condições para promover uma melhoria efectiva na qualidade das edificações, que se espera seja traduzível também em “ganhos reais de eficácia e no ordenamento do território e do património urbanístico e arquitectónico”.

Segundo Mário Lino, após a aprovação

do diploma na Assembleia da República, haverá um período de transição de cinco anos para aplicação das novas regras de qualificação às obras públicas e às “privadas com inserção urbanística”.

Refira-se que, além do caso da arquitectura, a proposta do Governo prevê que os projectos de engenharia sejam apenas assinados por engenheiros e engenheiros técnicos e que os projectos de espaços exteriores sejam somente da responsabilidade dos arquitectos paisagistas.

O diploma impõe igualmente a exigência de qualificação em outros sectores de actividade na esfera das operações urbanísticas, como são os casos das funções de coordenação do projecto, de fiscalização e de direcção de obra.

“Este diploma é uma peça central do edifício legislativo para a modernização do sector da construção”, vincou Mário Lino, que aproveitou para lembrar que a proposta “já teve em linha de conta as posições das ordens dos Arquitectos, Engenheiros e dos representantes dos agentes técnicos”. M.R.



OPINIÃO

CELSE GUEDES
DE CARVALHO

O sol, a biomassa, a água, o vento, a energia das ondas e das marés e a geotermia são alguns dos recursos que podemos utilizar para diminuir o valor da factura energética que pagamos todos os meses

ENERGIAS RENOVÁVEIS: PROVAVELMENTE O MELHOR INVESTIMENTO DO MUNDO (PARTE II)

PARA BEM das nossas finanças (e claro do ambiente) é fundamental aproveitarmos os recursos energéticos renováveis. O sol, a biomassa, a água, o vento, a energia das ondas e das marés e a geotermia são alguns dos recursos que podemos utilizar para diminuir o valor da factura energética que pagamos todos os meses.

Na edição do "Acção Socialista", n.º 1273, abordei a energia solar. Hoje, como prometido, vou abordar mais alguns recursos energéticos e tentar demonstrar-lhe que as energias renováveis são o melhor investimento do mundo.

Provavelmente não sabe que:

Na Universidade de Coimbra estão a ser construídas as maiores e mais resistentes torres do mundo para a produção de energia eólica.

Cerca de 80 mil lares britânicos produzem electricidade com pequenas unidades de geração de energia renovável com turbinas (o líder do Partido Conservador, David Cameron, já instalou uma turbina e painéis solares em sua casa.... foi notícia).

No dia 20 de Outubro, um investigador apresentou um novo conceito de produção de energia utilizando turbinas eólicas gigantes que flutuam em alto mar.

As autoridades chinesas fixaram o objectivo de aumentar a proporção de energias renováveis na China, como a eólica e a solar, até 10 por cento do total da produção eléctrica para 2010 e 16 por cento em 2020.

A climatização da estalagem da Senhora da Neves (Alfândega da Fé) é única na Europa. Tem em funcionamento um sistema inovador de aquecimento utilizando casca de amêndoa para produzir água quente.

No Bombarral e no Cadaval vão ser instalados reguladores de fluxo luminosos que vão regular a intensidade da iluminação pública em função das horas de maior frequência de utilização. Esta medida vai permitir reduzir em 30 por cento os custos da factura energética na iluminação pública. Estas autarquias vão ainda introduzir um novo equipamento (leeds) nos semáforos da estrada, permitindo assim uma redução de 80 por cento do consumo energético.

Os Municípios de Almada e do Seixal, a Brisa e a Avis começaram já a optar pela aquisição de veículos de motorização híbrida (motores térmicos e eléctricos)

No Seixal, a Câmara colocou este ano ao serviço de vários departamentos seis unidades do Toyota Prius. Quarenta por cento do investimento total da EDP entre 2006 e 2009 (2 mil milhões de euros) vai ser canalizado para a área das energias renováveis.

O fundo Caixa Gest Energias Renováveis duplicou, de 13,3 milhões de euros para 24,7 milhões em apenas dois meses.

O ex-presidente dos Estados Unidos Bill Clinton anunciou em Setembro a criação de um "Fundo Verde" (Green Fund), de US\$ 1 bilhão, para promover o uso de energias renováveis nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Swartz (dono da Timberland) desafiou o sistema com um investimento de 3,5 milhões de dólares aplicados no seu centro de distribuição de Ontário (Califórnia). Deu aos trabalhadores da sua empresa um incentivo de 3000 dólares para comprarem carros híbridos. A adesão superou todas as expectativas iniciais.

A Comissão Europeia (CE) apresentou uma proposta para a criação de um fundo global de capitais de risco na ordem dos cem milhões de euros para a promoção das renováveis e de projectos de eficiência energética em países em desenvolvimento ou com economias em transição.

A Bélgica anunciou recentemente que vai construir a primeira estação científica polar (Antártida) a funcionar com energias renováveis. Será a primeira estação a funcionar, unicamente, com energia renovável – solar e vento. Receberá 20 pessoas, incluindo 12 a 16 cientistas.

Em Leça do Balio (Matosinhos) está a ser construído o primeiro empreendimento nacional de "habitação sustentável". As águas da chuva são reutilizadas em sanitas. Os painéis solares para reduzir a utilização de gás natural e de electricidade. Os isolamentos térmicos são reforçados



para evitar o recurso ao ar condicionado. Este empreendimento engloba 101 casas ecologicamente optimizadas. Esta é a acção-piloto do projecto "Habitação Sustentada na Europa", que envolve também a Dinamarca, Itália e França.

O primeiro parque mundial de ondas na Póvoa de Varzim (Parque de Ondas da Aguçadora) será pioneiro a nível mundial na produção de electricidade a partir da energia das ondas, um investimento que poderá aproximar-se dos 1100 milhões de euros até 2015.

São estes os factos que têm contribuído para que todos os dias surjam novas empresas a apostar em soluções que permitem a optimização da energia. Cientistas a testarem novas abordagens e empresas ligadas às energias renováveis com valorizações bolsistas muito superiores à média.

Estamos, assim, perante uma excelente oportunidade para todos os empreendedores que saibam ler os "sinais" que o mercado dá. Mas também uma oportunidade para toda a sociedade.

Como disse Al Gore, "estamos perante um momento único que poucas gerações tiveram o privilégio de ter: uma missão para uma geração".

O contributo de todos nós para essa missão é muito simples: sermos mais exigentes com o poder político e com os produtores de bens e serviços. Afinal, somos nós que temos o poder de decidir (através do nosso voto) de que forma a "coisa pública" deve ser gerida e de, através das nossas opções de compra, o que as empresas devem produzir.

Marcos Sá responsabiliza Câmara de Oeiras pela poluição na ribeira de Algés

A RIBEIRA de Algés constitui um dos maiores problemas ambientais do concelho de Oeiras. A este propósito, o deputado socialista Marcos Sá dirigiu uma pergunta ao titular da pasta do Ambiente, Nunes Correia, com o objectivo de apurar qual o grau de responsabilidade da Câmara de Oeiras e do Ministério do Ambiente sobre os elevados níveis de poluição da ribeira de Algés.

Para o parlamentar socialista, o actual mau estado desta linha de água "constitui uma situação inadmissível", perfazendo mesmo um "gravíssimo atentado ao ambiente e à qualidade de vida dos moradores".

Através de um requerimento endereçado ao ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Marcos Sá questiona a morosidade que o assunto tem levado para ser resolvido, lembrando que a situação assume hoje contornos muito preocupantes, responsabilizando a edilidade de Oeiras por não agir numa das mais degradantes situações ambientais do município.

Na opinião do deputado, o problema ambiental provocado pelos altos níveis de poluição da ribeira de Algés está a prejudicar directa ou indirectamente a qualidade urbana de toda esta zona, tendo-se mesmo agravado com a construção de um parque urbano "que obrigou a um desvio da ribeira", o que provocou, como refere, "cheiros insuportáveis".

Lembrando as reclamações que a este propósito há muito os moradores



vezes são arrastados para o sistema de esgotos, provocando insuportáveis maus cheiros", situação que, garante, se mantém praticamente durante todo o ano.

A juntar a tudo isto, reforça ainda o deputado socialista no requerimento endereçado ao Ministério do Ambiente, o facto de a ribeira de Algés se situar numa zona urbana densamente habitada, "onde vivem dezenas de milhares de pessoas", para além de atravessar um parque urbano frequentado essencialmente por crianças, "expostas, deste modo, a diversos perigos".

Lembrando que a Câmara Municipal de Oeiras tem sistematicamente descartado toda a responsabilidade, Marcos Sá pretende que o ministro o informe se a autarquia apresentou alguma participação relativamente às sucessivas descargas ilegais na ribeira de Algés e quantas fiscalizações da Inspeção-Geral do Ambiente incidiram sobre esta situação nos últimos seis anos.

Caso se tenham verificado efectivamente descargas ilegais, o deputado socialista pretende saber quantos processos de contra-ordenação foram instaurados e que coimas foram aplicadas e a lista dos infractores. **R.S.A.**

PS/Setúbal preocupado com destino do distrito

"A SITUAÇÃO no distrito, marcada crescimento urbanístico desordenado, é altamente preocupante", afirmou ao "Acção Socialista" o deputado socialista Vítor Ramalho, ao fazer um balanço das visitas de trabalho que os deputados do PS de Setúbal estão a realizar aos concelhos do distrito, para reuniões com os presidentes de câmara e contactos directos com os empreendimentos mais significativos que estão em curso.

E adiantou que na sua qualidade de presidente da Federação de Setúbal irá requerer uma reunião formal com um membro do Governo, ao mais alto nível, para expor as suas preocupações sobre esta matéria.

Em causa está, segundo Vítor Ramalho, a qualidade de vida das populações dos concelhos do arco ribeirinho – Montijo, Seixal, Barreiro, Almada, Moita e Alcochete – ameaçada pela pressão urbanística. "É preciso uma resposta integrada para o arco ribeirinho que impeça, nomeadamente, o aumento exponencial da componente urbanística, a duplicação da população nalguns casos, com todas as consequências nefastas conhecidas", disse. Por isso,



tentado", defendeu.

Depois de visitarem os concelhos de Alcácer do Sal, Grândola e Montijo, os deputados do PS eleitos pelo círculo de Setúbal deslocaram-se ao concelho de Almada, onde foram recebidos pela presidente da Câmara, tendo tido de seguida a oportunidade de se inteirarem e acompanharem os projectos do metro ao Sul do Tejo, do Maden Park do Pólo Universitário da Universidade Nova, dos trabalhos de contenção do cordão dunar nas praias da Caparica e do Pólis.

Vítor Ramalho referiu que em resultado das visitas já efectuadas foram colocadas várias questões ao Governo e a outras instituições através da Assembleia da República, que têm a ver com o porto de Sines, o desenvolvimento urbanístico e os investimentos programados para Sines.

dirigem aos serviços camarários, Marcos Sá acentua ainda o facto de a ribeira se encontrar bastante poluída, com detritos

"que muitas

vezes são arrastados para o sistema de esgotos, provocando insuportáveis maus cheiros", situação que, garante, se mantém praticamente durante todo o ano.

Lembrando que a Câmara Municipal de Oeiras tem sistematicamente descartado toda a responsabilidade, Marcos Sá pretende que o ministro o informe se a autarquia apresentou alguma participação relativamente às sucessivas descargas ilegais na ribeira de Algés e quantas fiscalizações da Inspeção-Geral do Ambiente incidiram sobre esta situação nos últimos seis anos.

Caso se tenham verificado efectivamente descargas ilegais, o deputado socialista pretende saber quantos processos de contra-ordenação foram instaurados e que coimas foram aplicadas e a lista dos infractores. **R.S.A.**

Crise na Câmara de Lisboa é culpa do PSD

Miguel Coelho responsabilizou directamente o PSD e o presidente da autarquia lisboeta, Carmona Rodrigues, pela crise instalada nesta câmara com o caso dos terrenos da Bragaparques.

MARY RODRIGUES



“O PSD desbaratou este primeiro ano em lutas internas, algumas contra o seu próprio presidente de Câmara”, acusou Miguel Coelho ao intervir numa assembleia extraordinária da Assembleia Municipal de Lisboa (AML), solicitada pelo PS, pelo facto dos recentes acontecimentos terem minado a credibilidade do Executivo municipal.

Na sua intervenção, o líder da bancada socialista na AML também criticou a “interferência original” do presidente do PSD, Marques Mendes, na escolha de um administrador para uma empresa municipal e que levou à própria queda da coligação com o CDS/PP, “coligação essa que constituía o factor de estabilidade do Executivo”.

“O outro grande responsável é, naturalmente, o senhor presidente da Câmara que, ao abdicar de exercer a sua autoridade e liderança política, permitiu que se instalasse na autarquia um clima de desresponsabilização e confusão”, denunciou Miguel Coelho que de imediato desafiou Carmona Rodrigues a “informar os lisboetas sobre o seu entendimento das condições políticas de continuidade, apresentar uma solução estável para a cidade e definir as prioridades para o resto do mandato”.

“A cidade não aguenta por mui-

to mais a actual situação”, avisou Miguel Coelho que aconselhou a maioria camarária a não interpretar erradamente esta oportunidade de que o PS dá ao Executivo.

“Se for necessário partirmos para eleições. Venham elas!”, afirmou, garantindo que os socialistas estão preparados para as enfrentar, “sem qualquer tipo de receio ou calculismo”.

“Em democracia não há becos sem saída. As eleições são sempre o recurso decisivo”, frisou, lembrando de seguida que “o PS tem um projecto para Lisboa e é um partido com uma rede de autarcas e militantes sempre disponíveis para assumir responsabilidades e as mobilizações necessárias em defesa da cidade”.

E concluiu: “Se não estiverem à altura das vossas responsabilidades, nós, Partido Socialista, estaremos. Não tememos eleições e estamos preparados para as enfrentar”.

BREVE HISTÓRIA DA MAIS RECENTE POLÉMICA

A REUNIÃO extraordinária da AML do dia 6 de Fevereiro foi convocada para analisar a situação política da autarquia depois de a Polícia Judiciária e o Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) de Lisboa terem realizado, a 23 de Janeiro passado, buscas em instalações da autarquia, residências de vereadores e escritórios da empresa Bragaparques.

Em causa está a permuta de terrenos do Parque Mayer, propriedade da Bragaparques, e os terrenos municipais da Feira Popular,

em Entrecampos, um negócio aprovado em Fevereiro de 2005 pela Assembleia Municipal de Lisboa.

A PJ suspeita de crimes como participação económica em negócio, tráfico de influências e corrupção.

Na sequência das investigações, a vereadora do Urbanismo, Gabriela Seara (PSD) foi constituída arguida, tendo suspenso o mandato, bem como a sua antecessora, Eduarda Napoleão, e o director municipal dos Serviços Gerais, Remédio Pires.

Na origem do processo

está um contrato celebrado a 5 de Julho de 2005 entre a Bragaparques e a autarquia lisboeta, então presidida por Pedro Santana Lopes.

Tratou-se de uma permuta de imóveis em que a sociedade de Domingos Névoa cederia um terreno que detinha no Parque Mayer a troca de outro, propriedade da Câmara, situado no local da antiga Feira Popular.

O processo previa ainda a venda em hasta pública do lote restante dos terrenos da antiga Feira Popular (que não estava

incluído na permuta), que viria a ser comprado pela P. Mayer SA, antiga proprietária dos terrenos do Parque Mayer.

A empresa, propriedade da Bragaparques, passou assim a deter a totalidade do espaço do antigo parque de diversões.

A venda à P. Mayer suscitou polémica, já que propostas mais altas foram retiradas da hasta pública, e o direito de preferência exercido pela Bragaparques foi contestado por toda a oposição do executivo camarário.

Fuga para a frente

Após uma intervenção do presidente autarquia lisboeta em que este dirigiu críticas inconsistentes a todos os partidos da oposição, o deputado municipal reagiu acusando Carmona Rodrigues de “disparar em todas as direcções, atacar tudo e todos e tentar pôr em causa a verticalidade de alguns”.

“A verdade é que não esclareceu qual a solução governativa”, disse Miguel Coelho, para quem o discurso do edil laranja constituiu “uma fuga para frente”.

Miguel Coelho considerou que “a cidade não aguenta por muito mais a actual situação”, sublinhando que os socialistas não temem eleições intercalares e estão “preparados para as enfrentar”.

AUTARCAS SOCIALISTAS TRAÇAM OBJECTIVOS PARA O FUTURO

COM o objectivo de estabelecer as linhas de orientação e trabalho tendo como horizonte 2009, realizou-se no passado dia 4, em Elvas, uma reunião de autarcas socialistas, que contou com a presença do secretário nacional Miranda Calha.

A iniciativa que juntou, para além dos presidentes das câmaras municipais, os primeiros vereadores nas autarquias não PS e os presidentes das Concelhias, foi extremamente participada e revelou um espírito construtivo para os próximos tempos.

O secretário nacional para as Autarquias, Miranda Calha, referiu que tendo em vista as eleições autárquicas de 2009 “é decisivo um trabalho a médio prazo e em forte coordenação entre a federação e as concelhias”:

Ainda segundo Miranda Calha, “é imperioso ouvir todas as pessoas que conosco trabalharam nestes anos, militantes e independentes, promovendo uma convenção autárquica distrital e varias convenções autárquicas concelhias”.

Em jeito de balanço, ficaram desde logo agendadas a reunião distrital e algumas concelhias.

Mértola vai ter Museu Virtual de Arte Islâmica

A CÂMARA Municipal de Mértola, através do Museu do concelho, assinou um acordo de colaboração com o Museu Sem Fronteiras com o objectivo de desenvolver, manter e gerir um Museu Virtual no contexto do projecto Descobrir a Arte Islâmica, que está “on-line” desde Dezembro de 2005.

“Pretendemos com este projecto, inserido na nossa aposta nas novas tecnologias e na cultura, dar uma visibilidade diferente aos museus, em termos turísticos e científicos”, afirmou o presidente da autarquia de Mértola, Jorge Pulido Valente.

Este novo projecto, adiantou ainda, segue a filosofia utilizada anteriormente pelo Museu Sem Fronteiras e que se baseia na ideia de organizar exposições sem movimentar as obras de arte do seu local de origem.

O Museu Virtual que agora está em desenvolvimento integra os 17 parceiros (museus e autoridades de herança cultural de 14 países do Norte de África, Médio Oriente e União Europeia) do projecto-piloto Descobrir a Arte islâmica, onde o Museu de Mértola e o



Campo Arqueológico de Mértola estão incluídos, e constitui o primeiro programa do Museu Virtual do Museu Sem Fronteiras.

O Descobrir a Arte Islâmica Museu Vir-

tual (DAI Museu Virtual) é composto por várias secções e serviços, designadamente a colecção permanente, onde são incluídas as obras de arte, os monumentos e os pontos arqueológicos previamente seleccionados pelos parceiros, acompanhados por uma referência história cruzada onde os visitantes podem consultar informações sobre eventos culturais e históricos relevantes, uma secção de educação e uma base de dados com descrições detalhadas. Esta Base de dados da Colecção Permanente da secção Descobrir a Arte Islâmica estará disponível em árabe, inglês, francês e ainda na língua falada no país de origem da informação.

O DAI Museu Virtual irá incluir os parceiros do projecto-piloto e seus associados, bem como novos parceiros que se queiram associar ao projecto, havendo regras distintas para cada um deles.

O espaço do DAI Museu Virtual será lançado na Primavera de 2007 com um ciclo de 18 Exposições Virtuais, organizadas num projecto de colaboração do projecto-piloto Descobrir a Arte Islâmica.

Preparar a vitória nas autárquicas de 2009

ENCONTRO DE AUTARCAS NA GUARDA

PREPARAR o caminho da vitória do PS nas eleições autárquicas de 2009 implica a mobilização desde já dos eleitos socialistas para o exercício do poder local. Este o apelo deixado pelo secretário nacional para as autarquias, Miranda Calha, na sessão de encerramento de um encontro distrital de autarcas de freguesia eleitos pelo partido, organizado pela Federação da Guarda.

Segundo Miranda Calha, o nosso partido reúne condições para obter um bom resultado, mas é preciso que os eleitos locais socialistas "analisem o que se está a fazer em cada um dos municípios e estabeleçam quais são as prioridades e as indicações que se devem ter em



termos da resolução dos problemas das pessoas".

"Temos que actuar e acertar as nossas estratégias, quer com os municípios onde temos a maioria, mas também com as áreas onde não temos maioria e somos oposição", defendeu, lembrando que "o PS tem no seu seio muitos autarcas que têm tido um papel determinante e exemplar na condução das questões dos respectivos concelhos, bem como na resolução dos problemas e na afirmação do progresso e da modernização".

Todavia, o dirigente socialista considerou que "há que ter uma perspectiva de ligação directa com os eleitores para também lhes dar conta do trabalho desenvolvido, seja uma situação de maioria ou de minoria".

A vitória nas eleições de 2009 "é um objectivo que está no nosso espírito", garantiu Miranda Calha, lembrando, por outro lado, que a nova lei das Finanças Locais contribuirá para que as autarquias possam "prestar serviços que melhorem a qualidade de vida das populações".

Trata-se de uma lei que, para além de permitir a modernização, irá "criar condições para que as autarquias locais tenham também uma intervenção ao nível social", referiu.

Presente neste encontro esteve também o vice-presidente da ANA/PS, Cândido Moreira, que centrou a sua intervenção nas problemáticas relativas às políticas a implementar pelas freguesias, nomeadamente as que derivam da

aplicação da nova Lei das Finanças Locais, bem como das que podem emanar da discussão em curso sobre as linhas de acção na área da Educação, Acção Social e Saúde.

Por sua vez, o presidente da Federação do PS da Guarda, Fernando Cabral, desafiou os presentes a contribuírem para que o partido possa ter em 2009 "um resultado ainda melhor do que em 2005".

Recordou que nas últimas autárquicas, os socialistas mantiveram as Câmaras Municipais da Guarda e de Seia, ganharam a de Vila Nova de Foz Côa e recuperaram a autarquia de Celoriga da Beira.

Para Fernando Cabral, o próximo objectivo para o distrito "é manter as quatro câmaras e juntar outros municípios a este rol". M.R.

Municípios podem vir a assumir a gestão de todo o ensino básico

CONVENÇÃO AUTÁRQUICA DE BRAGA

NOVAS medidas de apoio à requalificação das escolas, bem como a hipótese das autarquias poderem assumir a gestão de todo o ensino básico, acompanhado dos correspondentes meios financeiros foram anunciadas pela ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, na sessão de encerramento da Convenção Autárquica do Partido Socialista de Braga.

Referindo-se à formação, a ministra referiu que a prioridade vai para o financiamento de dupla certificação de activos, o que exigirá uma estreita colaboração entre os Ministérios da Educação, do Trabalho e destes com as autarquias.

A qualidade da democracia, a simplificação dos procedimentos administrativos e a qualidade de vida dos cidadãos foram temas centrais ao longo das diversas intervenções durante a Convenção.



Miranda Calha, secretário nacional do PS para as Autarquias, abriu a Convenção lembrando as linhas políticas do PS para os municípios. Uma aposta que se consubstancia na qualidade de vida dos cidadãos, com destaque para o ambiente, a requalificação urbana e a inovação.

Para Miranda Calha, "há ainda uma nova geração de políticas so-

ciais que estão na agenda de todas as autarquias modernas", tendo estas responsabilidades acrescidas no desenvolvimento económico dos concelhos.

O primeiro painel da Convenção abordou o financiamento das autarquias e a descentralização de competências, contando com a presença do secretário de Estado

Eduardo Cabrita, que referiu que o Governo socialista pretende transferir, proximamente, determinadas competências para os municípios, nomeadamente nas áreas "da educação, da acção social e da saúde".

Por sua vez, o secretário de Estado João Ferrão abordou a temática do Ordenamento do Território, lembrando a concretização do Programa Nacional do Ordenamento do Território e os respectivos Programas Regionais, como "absolutamente necessários para o planeamento do território nacional". A necessidade de um cadastro geográfico completo, ainda inexistente, e a criação de um observatório do ordenamento do território para a permanente avaliação das políticas e dos seus impactos, foram temas abordados pelo secretário de Estado.

A Convenção teve lugar em Vila Verde, numa organização da Federação e da concelhia de Braga, e contou com a presença de mais de

300 autarcas do distrito.

Na sessão de encerramento, o presidente da Federação do Partido Socialista, Joaquim Barreto, congratulou-se com as excelentes intervenções proferidas pelos congressistas convidados, referindo que esta partilha de informação, entre autarcas e governantes, é fundamental para que haja um aumento de participação.

Isto porque, frisou, as autarquias estão actualmente numa viragem ao nível das políticas públicas, mais direccionadas para a vertente social e para a prestação de serviços aos municípios.

A abordagem dos temas apresentados foi, por isso, oportuna, uma vez que está a ser implementada a nova lei das finanças locais e estão a decorrer negociações entre o Governo e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) para transferir competências na área social, da saúde, da educação e do ordenamento do território.

Assis questiona acção do gabinete "Comércio Vivo" no Porto

OS VEREADORES do PS na Câmara do Porto exigiram esclarecimentos da maioria laranja sobre a actividade do Gabinete "Comércio Vivo", constituído em 2002 para gerir cinco milhões de euros destinados à promoção do comércio tradicional.

"Perante esta questão, a maioria nada disse. Revelou até desconhecimento da questão. Espero que na próxima reunião nos possa responder", disse o eleito socialista Francisco Assis, no final de uma sessão do Executivo camarário.

O "Comércio Vivo" nasceu para promover acções que ajudassem o comércio tradicional a enfrentar a concorrência de uma grande

superfície comercial, construída na área oriental do Porto, na sequência da aprovação do Plano de Pormenor das Antas.

No âmbito de um protocolo então assinado, a Aplicação Urbana II, empresa do grupo Amorim, comprometeu-se a atribuir cinco milhões de euros ao "Comércio Vivo", que, por sua vez, assumiu a responsabilidade de promover um conjunto de iniciativas para valorizar o comércio tradicional.

Promoção de estacionamento gratuito em áreas de comércio tradicional, animação cultural de rua, campanhas promocionais das lojas ou lançamento de uma casa



para apoio social a comerciantes tradicionais, em 600 metros quadrados a ceder pela Aplicação Urbana II, foram algumas das obrigações assumidas pelo gabinete.

Francisco Assis disse que, em concreto, os socialistas exigiram saber se a empresa Aplicação Urbana II cumpriu integralmente o compromisso de entregar cinco milhões de euros ao gabinete e, nesse caso, para onde foi canalizado o dinheiro.

Querem saber ainda se foi cedido o espaço para a obra social dos comerciantes tradicionais, nos termos do protocolo assinado há cinco anos.

Portugal apoia criação de organismo da ONU para o Ambiente



ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

PORTUGAL está na linha da frente no apoio à criação de uma agência da ONU para o Ambiente, proposta na conferência de Paris, como forma de impulsionar uma política mundial contra as alterações climáticas do planeta, afirmou o ministro Francisco Nunes Correia.

A reunião “foi importante no plano político porque veio trazer para o primeiro plano aquilo que se chama uma governação mundial para o problema das alterações climáticas”, afirmou o

ministro do Ambiente.

O ministro português esteve no dia 3 em Paris com vários homólogos de todo o mundo a discutir a criação de um organismo da ONU para o Ambiente, na sequência da iniciativa francesa para responder internacionalmente aos riscos ecológicos globais.

Em declarações no final da conferência, Nunes Correia adiantou que a proposta “encontrou grande apoio” por parte de mais de 40 países e que foi constituído um grupo informal de trabalho, no qual Portugal participa, para promover e discutir as bases desse

organismo com os países que não estão de acordo.

“Há países, nomeadamente do terceiro mundo, que vêem aqui uma ingerência, mas não é disso que se trata e é preciso esclarecer”, disse.

O ministro explicou que existe já um programa neste sentido, embora com várias iniciativas dispersas, pelo que é preciso fazer um “up-grade” e centrá-las num organismo, à semelhança do que acontece com a Saúde e o Comércio.

As principais conclusões do relatório apresentado em Paris pelos 500 delegados do Painel Intergovernamental das Alterações Climá-

ticas mostraram que o aquecimento global continuará durante dois séculos, que é “inequívoco” e que “muito provavelmente” tem causa humana.

Segundo sublinhou Nunes Correia, “Portugal tem a satisfação de ter adoptado recentemente um pacote de medidas sobre energias renováveis e redução das emissões poluentes”.

E recordou, a propósito, as metas apresentadas pela Comissão Europeia, no sentido de aumentar em 20 por cento a produção de energia por fontes renováveis, aumentar também em 20 por cento a eficiên-

cia energética e reduzir 20 por cento as emissões de CO2 (dióxido de carbono) para a atmosfera.

Para o ministro será mesmo possível atingir os 30 por cento se “se gerar um movimento de apoio de outros países”.

Nunes Correia frisou que Portugal assumiu o compromisso de 45 por cento da energia eléctrica ser produzida por fontes renováveis como a eólica e a hídrica até 2010.

Também até 2010, o Governo português propõe-se ter 10 por cento de biocombustíveis utilizados no sector dos transportes.

PS E PSF COOPERAM PARA ENVOLVER MAIS A COMUNIDADE PORTUGUESA

AS ESTRUTURAS nacionais, regionais e locais do PS e do PS francês vão iniciar uma colaboração estruturada e permanente no sentido de envolver mais os cidadãos portugueses ou de origem portuguesa nas iniciativas que forem realizadas pelos socialistas franceses.

A decisão foi tomada na sequência de uma reunião realizada no passado dia 4, na sede do PSF, em Paris, entre o director do Departamento Internacional e de Comunidades do PS, Paulo Pisco, e o secretário-geral administrativo do PSF, Maurice Braud, o coordenador federativo de Paris para a Europa, Alexander Glogowski, e o responsável do Secretariado Federal da região Rhône-Alpes, Loïc Chabrier.



Os responsáveis socialistas franceses querem que a comunidade portuguesa se torne “mais visível e presente” nas iniciativas políticas dos socialistas franceses, e pediram desde já o empenho e a participação dos cidadãos portugueses ou de origem portuguesa nos dois actos eleitorais que se avizinham em França, designadamente as presidenciais em Abril e as legislativas em Junho.

“É da maior importância que a comunidade portuguesa possa dar o seu contributo para a vitória de Ségolène Royal, para que possam ser criadas melhores condições de vida, maior igualdade de oportunidades, respeito pelas pessoas e pelas comunidades

estrangeiras”, disse Maurice Braud.

Entre outros aspectos, ficou decidido que o Departamento Internacional e de Comunidades do PS vai escrever a todos os seus militantes em França para se mobilizarem no apoio à candidata presidencial Ségolène Royal e que o PSF vai contactar todas as suas estruturas para que dêem apoio às iniciativas dos socialistas portugueses em França. Serão também organizadas iniciativas comuns com a presença de socialistas portugueses e franceses.

Os responsáveis socialistas franceses manifestaram também o desejo de verem mais portugueses nas listas candidatas às eleições municipais de 2008.

Reforçadas as relações Portugal/China

VISITA OFICIAL DE SÓCRATES

AS ECONOMIAS emergentes devem constituir um novo pilar na política externa portuguesa e, por isso, merecer uma especial atenção, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, em Macau, no final de uma visita de cinco dias à China, que se saldou pela assinatura de quatro acordos bilaterais, dois institucionais e 28 empresariais.

Lembrando que o mundo está a mudar muito rapidamente, com países como a China, Índia, Brasil e Rússia a começar a ter uma força dominante na economia globalizada, Sócrates disse que “nenhuma economia desenvolvida pode ignorar a China, que está a crescer de uma forma que lhe atribui o papel de potência geoestratégica”.

Falando numa conferência de Imprensa, já em Macau, o chefe do Governo português fez um balanço “muito positivo” da sua visita à China, já que foram “plenamente cumpridos” os três objectivos que foram definidos para esta deslocação.

Desde logo, o reforço das relações bilaterais, nomeadamente no que respeita ao reforço da parceria estratégica acordada entre os dois países, no decurso da visita do primeiro-ministro chinês a Lisboa, em Dezembro de 2005. Segundo sublinhou Sócrates, a sua deslocação à China “permitiu dar conteúdo político, institucional e comercial, pois reforçaram-se os laços de confiança entre os dois países”.

O segundo objectivo da visita foi o de preparar a cimeira entre a União Europeia e a China. “Foram discutidos com as autoridades chi-



nesas os princípios para o acordo de cooperação entre a China e a União Europeia. A presidência portuguesa poderá dar um novo impulso”, referiu o primeiro-ministro.

Na conferência de Imprensa, José Sócrates foi questionado pelos jornalistas sobre dois assuntos ainda por resolver nas relações entre Bruxelas e Pequim: o reconhecimento da China como economia de mercado e o embargo na venda de armas a este país.

“Não há uma posição portu-

guesa sobre essas matérias. Há um posicionamento da diplomacia europeia, que tem desenvolvido um trabalho político e técnico”, afirmou o primeiro-ministro, sublinhando que “a União Europeia tem tomado em consideração que a China tem feito, ao longo dos últimos anos, uma diplomacia amigável”. Por essa razão, acrescentou, “há agora cimeiras anuais entre a União Europeia e a China”.

José Sócrates sublinhou que o terceiro objectivo, o reforço da cooperação ao nível empresarial, foi

também atingido. “As expectativas dos empresários foram largamente ultrapassadas. O número de negócios, 28 no total, é claramente revelador”, disse.

“Homens de negócios portugueses e chineses querem aproveitar as oportunidades do mercado global. Houve muitos acordos assinados ao longo desta visita, mas muitos mais serão assinados a prazo”, adiantou.

De acordo com dados do Governo, no decurso da visita de cinco dias de Sócrates à China, foram ce-

lebrados quatro acordos bilaterais, dois institucionais e 28 de âmbito empresarial.

Há um Portugal moderno e competitivo

De salientar que, entre outros aspectos, a visita de José Sócrates à China serviu também para destacar o Portugal moderno que quer apostar numa economia com base no conhecimento, na investigação e desenvolvimento, na inovação, no design e nas boas práticas empresariais, de que é exemplo a empresa nacional YDreams.

Em Xangai, num dos momentos altos da sua visita, o primeiro-ministro aproveitou o lançamento de

“Nenhuma economia desenvolvida pode ignorar a China, que está a crescer de uma forma que lhe atribui o papel de potência geoestratégica”

JOSÉ SÓCRATES

um jogo de telemóvel da YDreams, para sublinhar que “há um Portugal moderno e competitivo que está a despontar”.

Manifestando o seu “orgulho” pelo facto de uma empresa portuguesa como a YDreams estar a ter sucesso num mercado tão competitivo e difícil como é o da China, Sócrates disse que “queremos estar na primeira linha da economia mundial e, por isso, estamos aqui em Xangai, onde as coisas se movimentam rapidamente”, disse. J. C. C. B.

Tróica quer melhorar finanças públicas dos 27

MELHORAR a política económica, aperfeiçoar o mercado único europeu e aumentar a qualidade das finanças públicas dos 27 Estados-membros, foi a garantia deixada pela tróica que dirige os destinos da União Europeia durante corrente ano e o primeiro semestre de 2008, Alemanha, Portugal e Eslovénia.

Estes objectivos foram anunciados e corroborados pelos respectivos ministros das Finanças das três presidências na área da Economia e Finanças, ECOFIN (Conselho de Ministros da União Europeia da Economia e Finanças), para o próximo ano e meio, durante um encontro em Berlim.

Se para o responsável alemão no topo das preocupações das três presidências está o reforço da dinâmica económica europeia, já para o ministro português, Teixeira dos Santos, que igualmente subscreve esta preocupação, trata-se também de aprofundar e realçar a importância do dossiê sobre a Estratégia de Lisboa, aprovada na anterior presidência portuguesa da União Europeia, em 2000, plano que pretende transformar o espaço europeu no mais competitivo do mundo num período de 10 anos.

Para o responsável pela pasta das Finanças português, esta estratégia que visa o fomento



da competitividade da economia e a criação de emprego “tem inspirado a agenda europeia nos últimos anos” e na perspectiva de Teixeira dos Santos tudo leva a crer que “continuará a inspirar”, sobretudo, como referiu, no que se refere às reformas estruturais nas economias

mais competitivas e dinâmicas.

Portugal, na sua perspectiva, tem de continuar a apostar inexoravelmente na chamada Agenda de Lisboa, recordando o ministro, por outro lado, o importante contributo português para o programa conjunto das três presidências

da UE no domínio das Finanças Públicas.

Saúde das finanças públicas que para Teixeira dos Santos devem ser constantemente analisadas, uma vez que se trata, como lembrou, de verificar “as formas como são gastos os dinheiros públicos e consequentemente os impostos dos contribuintes”.

Para além destes pressupostos, o ministro português considera ainda que outra das prioridades prende-se com a urgente melhoria do quadro legal da actividade económica nos Estados-membros.

A propósito da necessidade de reanimar o diálogo político no seio do ECOFIN, desígnio defendido pelos ministros das Finanças alemão e esloveno, Teixeira dos Santos admitiu que talvez a área da economia e finanças da União Europeia, “esteja a precisar de uma espécie de programa Simplex, como o que está a ser aplicado pelo Executivo liderado por José Sócrates para simplificar processos na Administração Pública”.

Contudo, como também deixou claro, o ECOFIN continua a ser um dos Conselhos de Ministros da União Europeia “que melhor têm respondido ao longo da história desta organização”, adiantando como exemplo o bom trabalho desenvolvido para o lançamento da moeda única. R.S.A.

Proposta de mapa de urgências reduz tempo médio de acesso

A REQUALIFICAÇÃO e redistribuição geográfica dos pontos de urgência, tipificados em três modalidades, é a marca mais importante do novo mapa proposto por um grupo de técnicos independentes e especializados, cujo trabalho esteve centrado na necessidade de reduzir consideravelmente o tempo médio de acesso aos serviços de urgência e melhorar de forma substancial a equidade territorial e a qualidade da assistência na saúde.

A ideia é sublinhada pelo Ministério da Saúde, na sequência da entrega pela Comissão Técnica de Apoio ao Processo de Requalificação das Urgências do Relatório/Proposta Final da Rede de Serviços de Urgência, um documento que resultou de um trabalho amplamente participado e de reconhecida independência e liberdade de opinião.

O princípio básico a adoptar terá a ver com a mais-valia para oferta, isto é, onde for recomendável diminuir a aparente disponibilidade de meios, ela acontecerá, uma



operação que será contrabalançada pela oferta alternativa ou cumulativa de melhores meios.

Refira-se que as orientações deste grupo técnico implicam alguns encargos financeiros adicionais,

justificados pelos esperados ganhos de equidade e qualidade, mas impossíveis de reunir e aplicar de imediato na sua totalidade.

Neste sentido, o Governo irá proceder à aplicação progressiva

das alterações a introduzir, ouvindo, ainda e de novo, as autarquias mais directamente envolvidas.

O projecto global de mudança, antes da sua entrada em execução, será ainda levado ao conhecimento da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Comissão Parlamentar de Saúde.

Reforço de meios no Alentejo

Entretanto, o Ministério da Saúde anunciou que uma nova Rede de Urgências criará serviços básicos em Odemira, Castro Verde, Serpa e Moura, dotando-os de meios humanos e técnicos que actualmente não possuem.

Até final do primeiro semestre deste ano, entrará em acção o centro de atendimento telefónico permanente do SNS. Todas estas medidas foram consideradas prioritárias pelo ministério tutelado por Correia de Campos.

Foi anunciada ainda a instalação nos concelhos de Odemira, Mou-

ra, Castro Verde, Serpa, Estremoz e Elvas, também ao longo do primeiro semestre de 2007, unidades rápidas de suporte intermédio de vida, tripuladas por enfermeiros com o correspondente curso do INEM e técnicos de ambulância de emergência.

Recorde-se que a baixa densidade populacional do Alentejo, a longa distância e a carência de médicos condicionam a capacidade de resposta do SNS em situações de urgência/emergência na região do Alentejo.

No entanto, importa lembrar que até Agosto último não existia nem triagem médica de chamadas de emergência (CODU), nem qualquer VMER nesta região.

O Ministério da Saúde alargou o CODU a todo o Alentejo e colocou uma VMER sediada no Hospital de Beja, até final de Fevereiro, entrará em funcionamento a segunda VMER, sediada no Hospital de Évora e até final de Junho, a terceira no Hospital de Portalegre.

Ministério da Cultura avança com Estatuto do Artista

Visando criar novos modelos de contratação laboral para a área da cultura, tendo em conta as suas especificidades, a ministra Isabel Pires de Lima anunciou durante o debate sobre o sector na Assembleia da República ter concluída a proposta de lei do Estatuto do Artista.

J. C. CASTELO BRANCO

A PROPOSTA, explicou, vem complementar aquilo que no Código do Trabalho “se revelava insuficiente e inadequado” para este sector profissional, abordando, nomeadamente, questões como o trabalho intermitente, em grupo, regulamentando-se também “a aptidão profissional”.

Trata-se, segundo Isabel Pires de Lima, de “criar uma moldura jurídica que sirva os profissionais e as entidades empresariais do sector”.

Na sua intervenção em que deixou “uma pequena amostra” do trabalho desenvolvido ao longo de dois anos, a ministra afirmou que a aprovação em Conselho de Ministros das leis orgânicas do seu ministério, no âmbito do PRACE Programa de Reforma



da Administração Central do Estado, permitirá encetar “uma verdadeira reforma no sector, onde a racionalização de recursos possibilitará uma maior eficiência e eficácia dos serviços”.

Esta reestruturação, acrescentou, resulta numa diminuição de 244 para 185 lugares de direcção, correspondente a uma redução de mais de 24 por cento e de custos da ordem dos 2,5 milhões de euros.

Segundo sublinhou Isabel Pires de Lima, esta “redução muito significativa” irá permitir canalizar “mais meios” para projectos na

área da cultura, contribuindo, em paralelo com outras iniciativas do Governo, para “o esforço de qualificação da população portuguesa”.

Reafirmando que o Governo está apostado em “valorizar, descentralizar e dinamizar” o sector cultural em Portugal, no cumprimento do programa que os portugueses sufragaram, a ministra sublinhou que, “sem um ambiente culturalmente rico, o investimento na ciência e educação não é plenamente potenciados”.

Paralelamente, frisou, a “cultura é um agente de inovação,

desenvolvimento e crescimento económico”, que é bem visível em vectores como o turismo cultural, o desenvolvimento regional, a criatividade, como elemento estratégico da economia, e a oferta de emprego qualificado.

Isabel Pires de Lima realçou que a cultura é também “um dos principais veículos de projecção de Portugal no mundo”, na

“A cultura é um agente de inovação, desenvolvimento e crescimento económico”

ISABEL PIRES DE LIMA

afirmação da “nossa identidade como povo, como país”. Por este motivo, disse, a articulação de meios e de iniciativas que tem sido desenvolvida entre o seu ministério, a diplomacia e a economia “tem sido exemplar”, permitindo o desenvolvimento da “internacionalização da cultura, um eixo estratégico do programa de Governo”.

Segundo a governante, “vontade política e determinação” e “parcerias com outros ministérios” possibilitaram ainda “desbloquear” algumas situações que se “arrastavam há anos”, como a Fun-

dação Casa da Música, a Fundação Museu do Douro, a realização de Faro Capital da Cultura, e uma solução para a colecção Berardo e o Museu do Côa.

Intervindo no debate, a deputada do PS Manuela de Melo teceu rasgados elogios à política cultural do Governo, salientando que em dois anos foram resolvidas questões que se arrastavam há demasiado tempo, “ligando o Estado, autarquias e conquistando mecenas claramente em ruptura com o Governo anterior”.

Em dois anos, sublinhou, foram introduzidas alterações no “panorama desolador” do património histórico valioso, na política arquivista nacional, nos regulamentos de apoio às artes, e prosseguiu-se uma política de descentralização “activa e consistente”, ou seja, “criando e reforçando estruturas e equipamentos por todo o país”.

Depois de registar com “muita satisfação” o entendimento com o Ministério do Trabalho e Solidariedade Social sobre o Estatuto do Artista, Manuela de Melo referiu ainda que a racionalização dos recursos do Ministério da Cultura faz convergir para a produção e criação cultural “uma maior quantidade de verbas e, sobretudo, abre caminho para a autonomia financeira das estruturas de teatro e dança, em Lisboa e Porto”.

Reformar a Administração Pública para modernizar e servir melhor

Fazer da Administração Pública um factor de modernidade e progresso para Portugal é o objectivo central da Reforma do Estado. Embora complexa e difícil, esta é outra reforma necessária e inadiável, declarou José Sócrates na sessão de abertura das Jornadas Parlamentares do PS, em Óbidos.

MARY RODRIGUES

“ACREDITAMOS no Estado e na Administração Pública e por isso estamos apostados na sua reforma e valorização”, afirmou o líder socialista, perante convidados, autarcas, membros Governo e dos deputados do PS, aos quais pediu “um forte empenhamento” na concretização deste desafio.

Defendendo a optimização da gestão dos recursos humanos e financeiros do Estado e um combate eficaz aos desperdícios, o primeiro-ministro assegurou que a reforma da Administração Pública tem essa orientação e joga um papel central na promoção e preservação do prestígio do Estado.

“Temos a obrigação de melhorar a nossa Administração Pública e de torná-la mais eficiente”, disse, apontando de seguida para razões de “justiça e eficiência”.

Considerou pois, de vital importância demonstrar de forma clara ao país que o Governo, em estreita articulação com a maioria parlamentar que o suporta, vai fazer a reforma da Administração Pública e levá-la até ao fim, como o fez com a reforma da Segurança Social. Também nesta matéria afirmou esperar estar “à altura das expectativas dos portugueses”.

Segundo José Sócrates a reforma da Administração Pública assentará em quatro pilares fundamentais: Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), mobilidade, reforma dos sistemas de vinculação e de avaliação.

No que respeita ao PRACE, o essencial já se encontra realizado, prevendo-se que até ao final do próximo mês estejam aprovadas todas as leis orgânicas.

Em relação à legislação sobre mobilidade, frisou que a mesma foi aprovada pela Assembleia da República no ano passado e tem em vista a agilizar os recursos humanos, colocando-os ao serviço de uma

gestão mas eficiente.

Relativamente ao terceiro pilar, designadamente o que se prende com alterações ao nível dos contratos públicos e das carreiras profissionais, o primeiro-ministro disse haver ainda muito trabalho a fazer, salientando, no entanto, que já foram iniciadas negociações com os sindicatos.

Quanto à avaliação, e depois de distinguir as suas duas dimensões (avaliação dos serviços e avaliação dos funcionários), advogou ser necessário fazer “uma clara distinção entre o que suficiente e o que é bom e entre o que é bom e o que é excelente”.

“Queremos dizer aos portugueses que o seu dinheiro será empregue para valorizar e reconhecer aqueles funcionários com desempenhos de excelência”, declarou, acrescentando que “a reforma da Administração Pública será feita para utilizar melhor os recursos financeiros e para que os serviços do Estado sejam melhores e não para consolidar as contas do Estado”.

A par do tema central das Jornadas Parlamentares do PS em Óbidos – “Reforma da Administração do Estado” – e ao dar início ao seu discurso de abertura dos trabalhos, José Sócrates congratulou-se pelo resultado alcançado no referendo do passado dia 11 de Fevereiro.

“No domingo Portugal mudou!”, exclamou, manifestando orgulho pelo facto do Partido Socialista ter estado na linha da frente desta mudança.

Após felicitar o PS e o Grupo Parlamentar pela elevação e amplo sentido de responsabilidade com que conduziram todo o processo relativo ao referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez (IVG), José Sócrates venceu que a vitória do “Sim” é também uma vitória de um Portugal mais progressista, mais moderno e mais justo”.

“Valeu a pena todo o nosso escrúpulo democrático”, disse, saudando



o facto da campanha em favor da despenalização da IVG ter decorrido “sem cair na tentação das críticas pessoais”.

Finalmente, o nosso secretário-geral afirmou ter sentido no domingo, 11 de Fevereiro, talvez mais do que em qualquer outra ocasião, que o PS “merece ser classificado como um partido verdadeiramente progressista”.

“Ninguém fará a lei por nós”

Na sua breve alocução no início dos trabalhos, o presidente do Grupo Parlamentar, Alberto Martins, colocou a tónica na “excelente articulação” entre o Governo, o PS e a bancada socialista.

Sublinhando a realização das jornadas “dois dias depois de uma importantíssima vitória para o

progresso nacional”, Alberto Martins considerou ter ocorrido uma “mudança histórica” a qual tornará Portugal um país “mais justo e mais europeu”.

Em reacção a algumas vozes que pretendem sinalizar caminhos legislativos sobre a nova lei do aborto, foi claro: “ninguém fará a lei por nós”.

Por outro lado, assegurou que o período de reflexão natural do qual beneficiará toda mulher que opte por interromper a gravidez, cumprindo o prazo das dez semanas, será “curto” e acompanhado de aconselhamentos “não obrigatórios”.

Saudando vivamente a participação de José Sócrates na campanha do referendo, Alberto Martins manifestou-lhe a sua admiração por ser “um secretário-geral à altura da

nossa história”.

Ainda sobre a vitória do “Sim”, em tom, exclamou: “Estávamos à espera deste momento desde o 25 de Abril”.

Centrando-se no tema das jornadas, o líder do GPPS disse que esta reunião de trabalho dos deputados socialistas visa aprofundar as dimensões da reforma da Administração Pública.

“Trata-se aqui de pensarmos um Estado mais moderno, mais ágil, mais eficaz e desconcentrado, servindo políticas sociais justas”, afirmou.

Refira-se que do Governo participaram nos painéis temáticos das jornadas três dos seus membros. Sobre saúde interveio o ministro Correia de Campos. Em relação à descentralização de competências para os municípios, o orador foi o secretário de Estado adjunto e da Administração Central, Eduardo Cabrita.

Já o ministro do Ambiente, Nunes Correia, abordou as questões relativas ao Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013.

As Jornadas Parlamentares do PS, em Óbidos, encerraram no dia 14, com intervenções do ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva e do presidente da bancada socialista, Alberto Martins.

Ainda no âmbito destas jornadas, realizou-se um conjunto de visitas a empresas, estabelecimentos de saúde e à Câmara da Lourinhã.

Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço postal do jornal ou accaosocialista@ps.pt